

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	8
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	17
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.496
Preferenciais	10.336
Total	21.832
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	909.314	749.412
1.01	Ativo Circulante	496.022	369.421
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	150.270	73.986
1.01.03	Contas a Receber	135.274	104.793
1.01.03.01	Clientes	129.227	97.921
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.047	6.872
1.01.03.02.01	Outros créditos	6.047	6.872
1.01.04	Estoques	159.555	143.569
1.01.06	Tributos a Recuperar	37.001	36.863
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	37.001	36.863
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a compensar	37.001	36.863
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.278	2.384
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.644	7.826
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.693	3.758
1.01.08.03	Outros	6.951	4.068
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	6.951	4.068
1.02	Ativo Não Circulante	413.292	379.991
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	71.480	54.777
1.02.01.03	Contas a Receber	8.026	6.317
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.026	6.317
1.02.01.06	Tributos Diferidos	32.944	28.243
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.944	28.243
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.558	2.792
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	3.558	2.792
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	26.952	17.425
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	10.590	10.145
1.02.01.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	16.362	7.280
1.02.02	Investimentos	94.577	94.735
1.02.02.01	Participações Societárias	33.895	34.053
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	27.432	27.590
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	6.463	6.463
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	60.682	60.682
1.02.03	Imobilizado	240.433	219.399
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	214.934	193.040
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	25.499	26.359
1.02.04	Intangível	6.802	11.080
1.02.04.01	Intangíveis	6.802	11.080

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	909.314	749.412
2.01	Passivo Circulante	232.479	199.733
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.259	19.596
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.629	5.137
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	21.630	14.459
2.01.02	Fornecedores	49.662	37.343
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	49.449	36.348
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	213	995
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.930	14.333
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.262	4.503
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	900	2.271
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais e federais	2.362	2.232
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.212	9.578
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	456	252
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	104.066	79.456
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	91.969	67.097
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	31.005	26.493
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	60.964	40.604
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	12.097	12.359
2.01.05	Outras Obrigações	41.562	49.005
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.918	6.612
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	7.918	6.612
2.01.05.02	Outros	33.644	42.393
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3	7.303
2.01.05.02.04	Verbas diretas	5.613	3.286
2.01.05.02.05	Fretes a pagar	9.728	8.308
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	7.942	942
2.01.05.02.08	Outras contas a pagar	10.358	22.554
2.02	Passivo Não Circulante	285.408	169.517
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	224.000	113.225
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	124.000	113.225
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	36.744	47.575
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	87.256	65.650
2.02.01.02	Debêntures	100.000	0
2.02.02	Outras Obrigações	14.308	16.966
2.02.02.02	Outros	14.308	16.966
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	7.562	7.729
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	6.746	9.237
2.02.03	Tributos Diferidos	39.298	31.564
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	39.298	31.564
2.02.04	Provisões	7.802	7.762
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.802	7.762
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.920	1.832
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.016	5.110
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	866	820
2.03	Patrimônio Líquido	391.427	380.162

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.01	Capital Social Realizado	197.873	197.873
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	136.332	157.579
2.03.04.01	Reserva Legal	11.249	11.249
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	215	21.907
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	124.868	124.423
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	32.727	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	23.894	24.109

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	380.836	985.004	305.168	870.548
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-254.486	-645.210	-204.148	-574.857
3.03	Resultado Bruto	126.350	339.794	101.020	295.691
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-103.343	-286.269	-86.576	-258.363
3.04.01	Despesas com Vendas	-75.992	-197.533	-56.885	-164.468
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.966	-71.476	-25.431	-77.352
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.815	-18.619	-4.765	-17.789
3.04.05.01	Honorários da administração	-1.562	-4.665	-1.596	-4.986
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-3.491	-10.447	-3.373	-10.035
3.04.05.03	Outras despesas operacionais líquidas	238	-3.507	204	-2.768
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	430	1.359	505	1.246
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	23.007	53.525	14.444	37.328
3.06	Resultado Financeiro	-6.833	-14.628	-2.425	-10.544
3.06.01	Receitas Financeiras	22.510	45.047	2.600	14.299
3.06.02	Despesas Financeiras	-29.343	-59.675	-5.025	-24.843
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16.174	38.897	12.019	26.784
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.520	-6.170	-2.362	-5.326
3.08.01	Corrente	-2.473	-3.138	-1.794	-2.003
3.08.02	Diferido	-47	-3.032	-568	-3.323
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.654	32.727	9.657	21.458
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.654	32.727	9.657	21.458
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	13.654	32.727	9.657	21.458
4.03	Resultado Abrangente do Período	13.654	32.727	9.657	21.458

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	27.264	8.979
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	77.870	52.667
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	32.727	21.458
6.01.01.02	Depreciação e amortização	19.117	18.649
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-1.359	-1.246
6.01.01.04	Resultado de ativo imobilizado e intangível baixado	1.968	1.342
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	3.144	-202
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para contingências	47	1.148
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para perda em estoque	2.339	45
6.01.01.08	Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	15.568	9.449
6.01.01.10	Constituição de IR e CS diferidos	3.032	3.322
6.01.01.11	Ajuste a valor de mercado	1.287	-1.298
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-50.606	-43.688
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-34.450	-19.918
6.01.02.02	Estoques	-18.325	-23.213
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	-583	-8.355
6.01.02.04	Créditos com controladas	-766	1.383
6.01.02.05	Títulos disponíveis para venda	65	689
6.01.02.06	Outros créditos	-1.777	-232
6.01.02.07	Fornecedores	12.319	2.893
6.01.02.08	Tributos a recolher	-3.570	6.368
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	6.663	5.081
6.01.02.10	Débito com outras partes relacionadas	1.306	187
6.01.02.11	Fretes a pagar	1.420	1.691
6.01.02.12	Provisão para contingências	-549	-4.247
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-12.359	-6.015
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-36.324	-18.120
6.02.02	Intangível	-1.314	-1.293
6.02.03	Imobilizado	-36.527	-18.361
6.02.04	Recebimento de dividendos	1.517	1.534
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	85.344	-24.784
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	82.202	30.840
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-47.437	-43.444
6.03.03	Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-4.418	-6.797
6.03.05	Amortização do principal de instrumentos financeiros derivativos	-12.468	-2.414
6.03.06	Amortização de juros de instrumentos financeiros derivativos	-3.772	-2.969
6.03.07	Captação de debêntures	100.000	0
6.03.10	Dividendos distribuídos	-28.763	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	76.284	-33.925
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	73.986	86.191
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	150.270	52.266

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	157.579	0	24.109	380.162
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	157.579	0	24.109	380.162
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-21.462	0	0	-21.462
5.04.08	Distribuição de dividendos complementares	0	0	-21.462	0	0	-21.462
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	215	32.727	-215	32.727
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.727	0	32.727
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	215	0	-215	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	215	0	-215	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	136.332	32.727	23.894	391.427

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	102.831	0	24.571	325.876
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	102.831	0	24.571	325.876
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	390	21.458	-390	21.458
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.458	0	21.458
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	390	0	-390	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	390	0	-390	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	103.221	21.458	24.181	347.334

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	1.082.273	958.391
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.092.263	967.163
7.01.02	Outras Receitas	-11.675	-8.096
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-11.114	-11.757
7.01.02.02	Outras receitas	-561	3.661
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1.685	-676
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-817.544	-729.998
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-597.464	-529.439
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-213.362	-192.898
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.653	-1.114
7.02.04	Outros	-4.065	-6.547
7.03	Valor Adicionado Bruto	264.729	228.393
7.04	Retenções	-19.214	-18.571
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.214	-18.571
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	245.515	209.822
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	46.406	15.545
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.359	1.246
7.06.02	Receitas Financeiras	45.047	14.299
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	291.921	225.367
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	291.921	225.367
7.08.01	Pessoal	103.522	96.599
7.08.01.01	Remuneração Direta	64.795	61.230
7.08.01.02	Benefícios	17.902	16.965
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.174	6.013
7.08.01.04	Outros	14.651	12.391
7.08.01.04.01	Honorários da administração	4.664	4.986
7.08.01.04.02	Participação dos empregados nos lucros	8.102	5.428
7.08.01.04.03	Outros gastos	1.885	1.977
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	83.822	71.032
7.08.02.01	Federais	31.512	25.663
7.08.02.02	Estaduais	51.014	44.096
7.08.02.03	Municipais	1.296	1.273
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	71.850	36.278
7.08.03.01	Juros	59.675	24.843
7.08.03.02	Aluguéis	12.175	11.435
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	32.727	21.458
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	32.727	21.458

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	893.029	733.224
1.01	Ativo Circulante	494.691	369.702
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	150.454	74.087
1.01.03	Contas a Receber	133.757	104.889
1.01.03.01	Clientes	129.227	97.985
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.530	6.904
1.01.03.02.01	Outros créditos	4.530	6.904
1.01.04	Estoques	159.555	143.592
1.01.06	Tributos a Recuperar	37.003	36.904
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	37.003	36.904
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a compensar	37.003	36.904
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.278	2.404
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.644	7.826
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.693	3.758
1.01.08.03	Outros	6.951	4.068
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	6.951	4.068
1.02	Ativo Não Circulante	398.338	363.522
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	71.480	54.799
1.02.01.03	Contas a Receber	8.026	6.339
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.026	6.339
1.02.01.06	Tributos Diferidos	32.944	28.243
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.944	28.243
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.558	2.792
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	3.558	2.792
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	26.952	17.425
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	10.590	10.145
1.02.01.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	16.362	7.280
1.02.02	Investimentos	63.734	60.746
1.02.02.01	Participações Societárias	3.052	64
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	3.052	64
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	60.682	60.682
1.02.03	Imobilizado	249.923	230.498
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	224.424	204.139
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	25.499	26.359
1.02.04	Intangível	13.201	17.479
1.02.04.01	Intangíveis	13.201	17.479

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	893.029	733.224
2.01	Passivo Circulante	213.729	181.080
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.259	19.795
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.629	5.211
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	21.630	14.584
2.01.02	Fornecedores	49.662	37.364
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	49.449	36.369
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	213	995
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.993	14.406
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.325	4.576
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	955	2.332
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	2.370	2.244
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.212	9.578
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	456	252
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	91.969	67.097
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	91.969	67.097
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	31.005	26.493
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	60.964	40.604
2.01.05	Outras Obrigações	34.846	42.418
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.200	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.200	0
2.01.05.02	Outros	33.646	42.418
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5	7.303
2.01.05.02.04	Verbas diretas	5.613	3.286
2.01.05.02.05	Fretes a pagar	9.728	8.308
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	7.942	942
2.01.05.02.08	Outras contas a pagar	10.358	22.579
2.02	Passivo Não Circulante	287.849	171.958
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	224.000	113.225
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	124.000	113.225
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	36.744	47.575
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	87.256	65.650
2.02.01.02	Debêntures	100.000	0
2.02.02	Outras Obrigações	14.308	16.966
2.02.02.02	Outros	14.308	16.966
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	7.562	7.729
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	6.746	9.237
2.02.03	Tributos Diferidos	41.739	34.005
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	41.739	34.005
2.02.04	Provisões	7.802	7.762
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.802	7.762
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.920	1.832
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.016	5.110
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	866	820
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	391.451	380.186
2.03.01	Capital Social Realizado	197.873	197.873

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	136.332	157.579
2.03.04.01	Reserva Legal	11.249	11.249
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	215	21.907
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	124.868	124.423
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	32.727	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	23.894	24.109
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	24	24

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	380.816	984.944	305.785	871.675
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-254.372	-644.868	-204.368	-575.223
3.03	Resultado Bruto	126.444	340.076	101.417	296.452
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-103.740	-287.466	-87.207	-259.992
3.04.01	Despesas com Vendas	-75.992	-197.533	-56.886	-164.469
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.967	-71.480	-25.509	-77.597
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.816	-18.619	-4.812	-17.926
3.04.05.01	Honorários da administração	-1.562	-4.665	-1.596	-4.986
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-3.491	-10.447	-3.420	-10.172
3.04.05.03	Outras despesas operacionais líquidas	237	-3.507	204	-2.768
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	35	166	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	22.704	52.610	14.210	36.460
3.06	Resultado Financeiro	-6.475	-13.548	-2.082	-9.457
3.06.01	Receitas Financeiras	22.510	45.047	2.607	14.316
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.985	-58.595	-4.689	-23.773
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16.229	39.062	12.128	27.003
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.575	-6.335	-2.471	-5.545
3.08.01	Corrente	-2.528	-3.303	-1.903	-2.222
3.08.02	Diferido	-47	-3.032	-568	-3.323
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.654	32.727	9.657	21.458
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	13.654	32.727	9.657	21.458
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	13.654	32.727	9.657	21.458
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	13.654	32.727	9.657	21.458
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	13.654	32.727	9.657	21.458
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	13.654	32.727	9.657	21.458

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	27.414	10.599
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	79.324	54.291
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	32.727	21.458
6.01.01.02	Depreciação e amortização	19.117	18.784
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-166	0
6.01.01.04	Resultado de ativo imobilizado e intangível baixado	1.968	1.342
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	3.144	-202
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para contingências	47	1.148
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para perda em estoque	2.339	45
6.01.01.08	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	15.829	9.692
6.01.01.10	Constituição de IR e CS diferidos	3.032	3.322
6.01.01.11	Ajuste a valor de mercado	1.287	-1.298
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-51.910	-43.692
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-34.450	-19.948
6.01.02.02	Estoques	-18.325	-23.213
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	-584	-8.358
6.01.02.04	Créditos com controladas	-766	1.383
6.01.02.05	Títulos disponíveis para venda	65	689
6.01.02.06	Outros créditos	-1.776	-231
6.01.02.07	Fornecedores	12.319	2.896
6.01.02.08	Tributos a recolher	-3.570	6.416
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	6.663	5.199
6.01.02.11	Fretes a pagar	1.420	1.691
6.01.02.12	Provisão para contingências	-549	-4.247
6.01.02.13	Outras contas a pagar	-12.357	-5.969
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-37.841	-19.767
6.02.01	Intangível	-1.314	-1.293
6.02.02	Imobilizado	-36.527	-18.474
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	86.861	-24.784
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	82.202	30.840
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-47.437	-43.444
6.03.03	Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-4.418	-6.797
6.03.05	Amortização do principal de instrumentos financeiros derivativos	-12.468	-2.414
6.03.06	Amortização de juros de instrumentos financeiros derivativos	-3.772	-2.969
6.03.07	Captação de debêntures	100.000	0
6.03.10	Dividendos distribuídos	-27.246	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	76.434	-33.952
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	74.019	86.684
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	150.453	52.732

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	157.579	0	24.109	380.162	24	380.186
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	157.579	0	24.109	380.162	24	380.186
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-21.462	0	0	-21.462	0	-21.462
5.04.08	Distribuição de dividendos complementares	0	0	-21.462	0	0	-21.462	0	-21.462
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	215	32.727	-215	32.727	0	32.727
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.727	0	32.727	0	32.727
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	215	0	-215	0	0	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	215	0	-215	0	0	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	136.332	32.727	23.894	391.427	24	391.451

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	102.831	0	24.571	325.876	24	325.900
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	102.831	0	24.571	325.876	24	325.900
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	390	21.458	-390	21.458	0	21.458
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.458	0	21.458	0	21.458
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	390	0	-390	0	0	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	390	0	-390	0	0	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	103.221	21.458	24.181	347.334	24	347.358

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	1.082.273	960.215
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.092.263	968.987
7.01.02	Outras Receitas	-9.429	-8.096
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-11.114	-11.757
7.01.02.02	Outras receitas	1.685	3.661
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-561	-676
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-817.203	-730.773
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-597.122	-530.064
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-213.362	-192.978
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.654	-1.114
7.02.04	Outros	-4.065	-6.617
7.03	Valor Adicionado Bruto	265.070	229.442
7.04	Retenções	-19.214	-18.708
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.214	-18.708
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	245.856	210.734
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	45.212	14.315
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	165	0
7.06.02	Receitas Financeiras	45.047	14.315
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	291.068	225.049
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	291.068	225.049
7.08.01	Pessoal	103.522	96.681
7.08.01.01	Remuneração Direta	64.795	61.284
7.08.01.02	Benefícios	17.902	16.971
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.174	6.013
7.08.01.04	Outros	14.651	12.413
7.08.01.04.01	Honorários da administração	4.664	4.986
7.08.01.04.02	Participação dos empregados nos lucros	8.102	5.428
7.08.01.04.03	Outros gastos	1.885	1.999
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	84.048	71.703
7.08.02.01	Federais	31.738	26.205
7.08.02.02	Estaduais	51.014	44.096
7.08.02.03	Municipais	1.296	1.402
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	70.771	35.177
7.08.03.01	Juros	58.596	23.742
7.08.03.02	Aluguéis	12.175	11.435
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	32.727	21.488
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	30
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	32.727	21.458

Comentário do Desempenho



Divulgação dos resultados do terceiro trimestre de 2013

Fortaleza – CE, 8 de novembro de 2013 – A J.Macêdo S.A. (“J. Macêdo”), Companhia líder nacional nos mercados de farinhas para uso doméstico e misturas para bolos, divulga seus resultados do terceiro trimestre de 2013 (3T13). As informações operacionais e financeiras estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma. As comparações referem-se ao terceiro trimestre de 2012 (3T12), salvo indicação contrária.

Destaques do período

- ✎ A receita líquida do 3T13 foi de R\$ 380,8 milhões, representando um aumento de 24,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- ✎ O lucro líquido no 3T13 foi de R\$ 13,7 milhões, um aumento de 41,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- ✎ O EBITDA acumulado dos últimos 12 meses totalizou R\$ 99,4 milhões, representando um crescimento de 27,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- ✎ A margem EBITDA representou 7,5% da receita líquida contra 6,5% em relação ao mesmo período do ano anterior (+ 1,0 p.p.).
- ✎ As vendas atingiram 211,3 mil toneladas no 3T13, um crescimento de 16,5% com relação ao mesmo período do ano anterior.
- ✎ A Companhia emitiu em setembro, debêntures simples não conversíveis em ações, com esforços restritos, no total de R\$ 100 milhões, destinados ao alongamento do endividamento da Companhia, ao aumento nos investimentos e para o reforço de capital de giro.
- ✎ A dívida líquida foi de R\$ 150,3 milhões, um aumento de 25,0% quando comparado ao 2T13. O indicador de dívida líquida / EBITDA encerrou o trimestre em 1,51x contra 1,33x no último trimestre, face ao incremento do capital de giro operacional e a aceleração do plano de investimentos da Companhia.
- ✎ Market Share de 25,7% para farinhas e 30,0% para misturas, segundo dados da ACNielsen para os meses de junho e julho de 2013.

Comentário do Desempenho



Principais destaques	3T13	3T12	3T13 X 3T12 (%)	9M13	9M12	9M13 X 9M12 (%)
Receita Líquida de Impostos	380,8	305,2	24,8%	985,0	870,5	13,2%
Lucro Líquido	13,7	9,7	41,2%	32,7	21,4	52,8%
EBITDA*	99,4	77,7	27,9%	99,4	77,7	27,9%
Margem EBITDA (%)*	7,5%	6,5%	1,0 p.p.	7,5%	6,5%	1,0 p.p.
Vendas em mil toneladas	211,3	181,3	16,5%	525,3	531,1	-1,1%
Market Share (volume) ¹						
- Farinhas	25,7%	25,9%	-0,2 p.p.	25,7%	25,9%	-0,2 p.p.
- Misturas	30,0%	30,8%	-0,8 p.p.	30,0%	30,8%	-0,8 p.p.

* 12 últimos meses

1 - Os valores apresentados nos 3ºs trimestres de 2012 e 2013 são referentes ao bimestre jun/jul.

Desempenho Operacional

DESEMPENHO DO TRIGO

Internacional:

O relatório mensal do *United States Department of Agriculture* - USDA, divulgado em 12 de setembro, estimou a produção mundial de trigo para safra 2013/2014 de 709 milhões de toneladas, contra as 705 milhões divulgado no relatório anterior.

O consumo para 2013/2014 se manteve em 706 milhões de toneladas, em linha com as 707 milhões projetadas no ultimo relatório de agosto/2013. Os estoques finais ficaram em 176 milhões de toneladas contra as 173 milhões do relatório anterior.

No terceiro trimestre, a Bolsa de Kansas operou estável entre 6,90 e 7,10 *cents per bushel*, mostrando haver um suporte (6,90) e resistência (7,10) neste intervalo, mesmo com as acentuadas quedas nas cotações de milho e soja.

A oferta e a demanda mundial de trigo, principalmente entre países exportadores e importadores, seguiram apertadas. Na segunda metade de setembro, a Bolsa Americana de Kansas voltou a subir forte, atingindo a máxima de 7,46 *cents* (contrato de dezembro), devido a persistente e a forte demanda brasileira e chinesa, somada as geadas na Argentina e a incerteza sobre o real saldo de trigo disponível para exportação.

O Governo brasileiro liberou 700 mil toneladas de quota adicional de trigo para importação, sem impostos para trigos fora do MERCOSUL com entrada no Brasil até 30 de Novembro de 2013.

Nacional

A demanda de trigo segue forte, as dificuldades de importação do produto nos países vizinhos (Argentina, Paraguai e Uruguai), a valorização do dólar e os estoques do Governo zerados têm mantido os preços em novos recordes históricos.

Os moinhos na zona de produção estão praticamente sem trigo, aguardando a entrada da safra que iniciou no estado do Paraná em meados de setembro. As geadas de julho

Comentário do Desempenho



afetaram o rendimento e a qualidade do trigo paranaense, o que manteve o mercado interno com preços elevados.

Diferente do ano passado, no mês de setembro a comercialização seguiu lenta por conta das incertezas sobre a disponibilidade de trigo afetada pela geada, das indefinições do governo sobre o volume de trigo sem imposto e da volatilidade cambial.

No Rio Grande do Sul, a agricultura do trigo está se desenvolvendo dentro da normalidade, com previsão de iniciar a colheita da safra na metade de outubro, ainda que exista a preocupação com as chuvas previstas no início da colheita gaúcha.

Com o avanço da colheita no Brasil e, mais adiante, com a proximidade da colheita na argentina (dezembro/2013), os preços domésticos voltaram a buscar a paridade de importação. Desta forma, a volatilidade cambial será mais uma variável para ser computada.

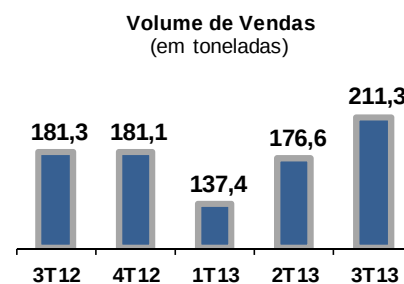
MERCADO DE CONSUMO DOMÉSTICO E PANIFICAÇÃO

A receita bruta da Companhia, nos dois segmentos em que atua totalizou R\$ 424,1 milhões no 3T13, um aumento de 25,7% em relação à igual período de 2012 (R\$ 337,5 milhões). A margem passou de 27,5% no 3T12 para 26,4% no 3T13.

Nos 9M13, a receita bruta totalizou R\$ 1.092,3 milhões, um aumento de 12,9% quando comparada com 9M12 (R\$ 967,2 milhões). As margens foram superiores: 29,1% nos 9M13 em contrapartida 28,7% nos 9M12.

VENDAS

O volume de vendas total atingiu 211,3 mil toneladas no 3T13, aumentando 16,5% com relação ao mesmo período de 2012 (181,3 mil toneladas), apesar do crescimento de 24,8% da receita líquida para o mesmo período, resultado de um reposicionamento de preços, do enquadramento de margens e da adequação de nossa política comercial nas diversas categorias e canais.

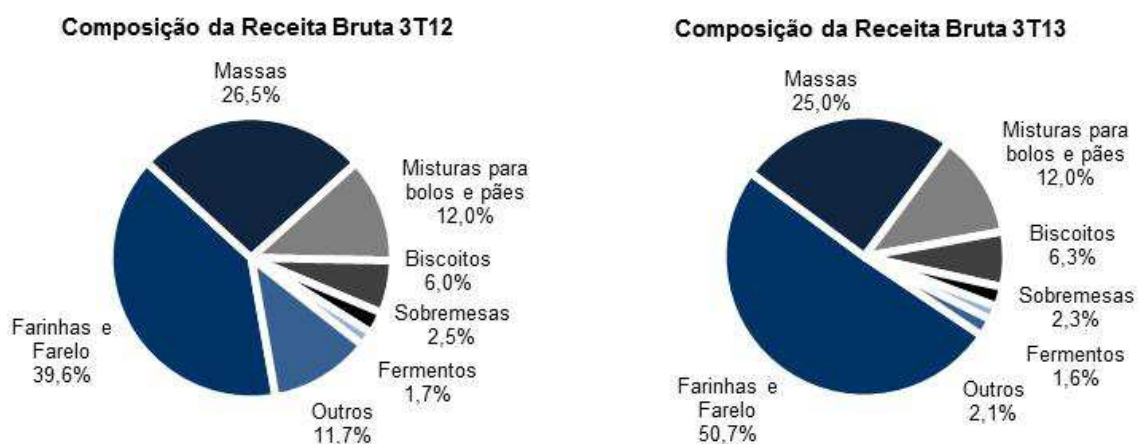


Comentário do Desempenho



Toneladas	3T13	3T12	3T13 X 3T12 (%)	9M13	9M12	9M13 X 9M12 (%)
Farinhas e farelo	151.909	114.586	32,6%	356.422	327.663	8,8%
Massas	37.207	38.172	-2,5%	100.545	112.592	-10,7%
Misturas para bolos e pães	12.728	10.652	19,5%	33.146	31.666	4,7%
Biscoitos	4.686	4.511	3,9%	13.176	13.506	-2,4%
Sobremesas	686	662	3,6%	1.816	1.997	-9,1%
Fermentos	361	326	10,7%	902	914	-1,3%
Outros	3.705	12.406	-70,1%	19.258	42.745	-54,9%
Total	211.283	181.315	16,5%	525.265	531.083	-1,1%

Com o retorno ao mercado de farinhas e misturas para uso profissional, a Companhia eleva suas vendas nestas categorias, aumentando o percentual das mesmas na composição da receita bruta. A expressiva redução no volume de vendas classificado como outros, deve-se principalmente ao término do Contrato de Industrialização por Encomenda e demais decorrentes que a Companhia vinha executando com a Bunge Alimentos S.A.

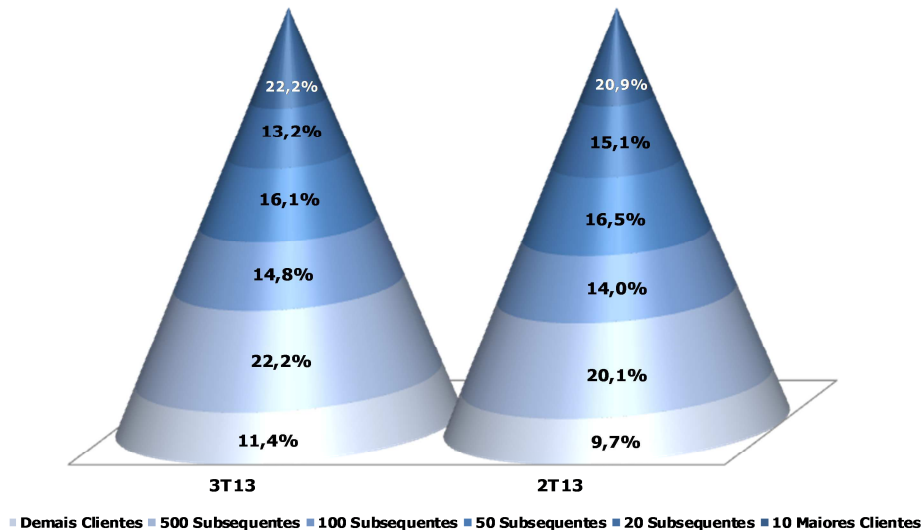


A concentração de vendas brutas neste terceiro trimestre ocorreu de maneira mais acentuada em função do já mencionado reposicionamento de preços e adequação de nossa política comercial nas diversas categorias e canais. Neste trimestre, o percentual da receita bruta dos 10 maiores clientes da Companhia representou 22,2% das vendas brutas, um aumento de 1,3 p.p. em relação ao trimestre anterior.

Comentário do Desempenho

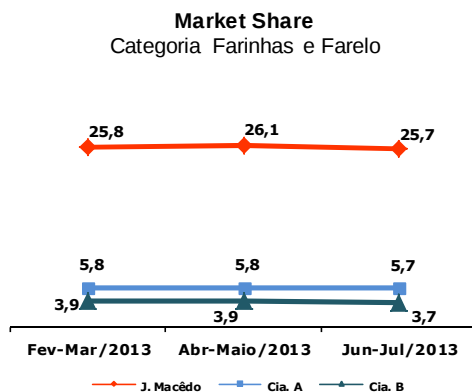


Distribuição da Concentração de Vendas
3T13 x 2T13



DESEMPENHO POR LINHA DE PRODUTO

Farinhas e Farelo:



Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Farinhas Domésticas recuou 10,0% do ano móvel 2012 (Ago/Set-11 a Jun/Jul-12) para 2013 (Ago/Set-12 a Jun/Jul-13). A participação de mercado em volume da Companhia recuou de 25,9% para 25,7% na leitura dos bimestres de Jun/Jul-12 e Jun/Jul-13.

A categoria de Farinhas e Farelo representou 50,7% da receita bruta da Companhia no 3T13 (3T12: 39,6%). A receita nesta categoria

aumentou 60,9% do 3T12 para o 3T13, sustentada principalmente pelo reposicionamento de preços da categoria e pelo crescimento de “market share” da Companhia neste segmento.

Nos 9M13, a receita foi de R\$ 508,5 milhões, apresentando um crescimento de 38,5% quando comparada aos 9M12 (R\$ 367,1 milhões).

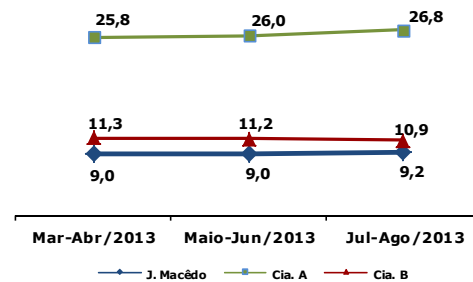
Comentário do Desempenho



Massas:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Massas recuou 2,0% do ano móvel 2012 (Set/Out-11 a Jul/Ago-12) para 2013 (Set/Out-12 a Jul/Ago-13). A participação de mercado em volume da Companhia recuou de 9,8% para 9,2% na leitura dos bimestres de Jul/Ago-12 e Jul/Ago -13, respectivamente.

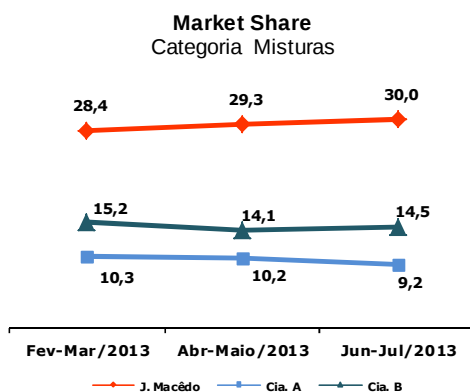
Market Share
Categoria Massas



A categoria de Massas representou 25,0% da receita bruta da Companhia no 3T13 (3T12: 26,5%). A receita nesta categoria aumentou 18,8% do 3T12 para o 3T13, impactada pelo reposicionamento de preço devido alta no preço do trigo em relação ao ano de 2012 e pela adequação de nossa política comercial. Buscamos volumes com margens favoráveis, através do reposicionamento das marcas e da concentração das ações em segmentos e regiões em que é possível obter maior valor agregado.

Nos 9M13, a receita foi de R\$ 287,0 milhões, apresentando um crescimento de 7,3% quando comparada aos 9M12 (R\$ 267,4 milhões).

Misturas:



Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Misturas recuou 0,9% do ano móvel 2012 (Ago/Set-11 a Jun/Jul-12) para 2013 (Ago/Set-12 a Jun/Jul-13). A participação de mercado em volume da Companhia reduziu de 30,8% para 30,0% na leitura dos bimestres de Jun/Jul-12 e Jun/Jul -13, entretanto crescendo no curto prazo.

A categoria de Misturas representou 12,0% da receita bruta da Companhia no 3T13 (3T12: 12,0%). A receita nesta categoria aumentou

25,2% do 3T12 para o 3T13, impactada pelo reposicionamento de preços e melhoria no MIX de vendas dentro da categoria.

Nos 9M13, a receita foi de R\$ 138,0 milhões, apresentando um crescimento de 16,8% quando comparada aos 9M12 (R\$ 118,1 milhões).

Comentário do Desempenho



Outras categorias:

A categoria de Biscoitos representou 6,3% da receita bruta da Companhia no 3T13 (3T12: 6,0%). A receita nesta categoria aumentou 31,3% do 3T12 para o 3T13. Nos 9M13, a receita foi de R\$ 76,2 milhões, apresentando um crescimento de 30,2% quando comparada aos 9M12 (R\$ 58,5 milhões).

A categoria de Sobremesas representou 2,3% da receita bruta da Companhia no 3T13 (3T12: 2,5%). A receita nesta categoria aumentou 14,6% do 3T12 para o 3T13. Nos 9M13, a receita foi de R\$ 26,3 milhões, apresentando um aumento de 2,7% quando comparada aos 9M12 (R\$ 25,6 milhões).

A categoria de Fermentos representou 1,6% da receita bruta da Companhia no 3T13 (3T12: 1,7%). A receita nesta categoria cresceu 19,0% do 3T12 para o 3T13. Nos 9M13, a receita foi de R\$ 18,2 milhões, apresentando um crescimento de 10,2% quando comparada aos 9M12 (R\$ 16,5 milhões).

Desempenho Econômico-Financeiro

PRINCIPAIS INDICADORES

Principais Indicadores	3T13	3T12	3T13 X 3T12 (%)	9M13	9M12	9M13 X 9M12 (%)
Receita Bruta	424,1	337,5	25,7%	1.092,3	967,2	12,9%
Receita Líquida de Impostos	380,8	305,2	24,8%	985,0	870,5	13,2%
Lucro Bruto	126,4	101,0	25,1%	339,8	295,7	14,9%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	33,2%	33,1%	0,1 p.p.	34,5%	34,0%	0,5 p.p.
Resultado antes do IR	16,2	12,0	35,0%	38,9	26,8	45,1%
Margem Operacional (%)	4,3%	3,9%	0,4 p.p.	3,9%	3,1%	0,8 p.p.
EBITDA*	99,4	77,7	27,9%	99,4	77,7	27,9%
Margem EBITDA (%)*	7,5%	6,5%	1,0 p.p.	7,5%	6,5%	1,0 p.p.

* 12 últimos meses

RECEITA BRUTA

A receita bruta no 3T13 totalizou R\$ 424,1 milhões, apresentando um crescimento de 25,7% em relação aos R\$ 337,5 milhões registrados no 3T12.

Nos 9M13, a receita bruta somou R\$ 1.092,3 milhões, apresentando um crescimento de 12,9% em relação aos R\$ 967,2 milhões registrados nos 9M12.

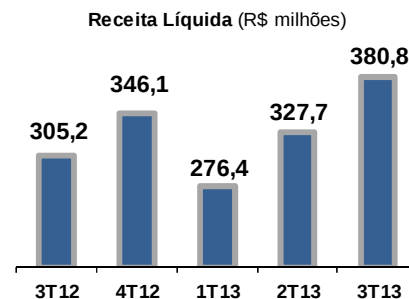
Comentário do Desempenho



RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Companhia somou R\$ 380,8 milhões no 3T13, um crescimento de 24,8% em relação ao 3T12 (R\$ 305,2 milhões).

Nos 9M13, a receita líquida somou R\$ 985 milhões, apresentando um crescimento de 13,2% em relação aos R\$ 870,5 milhões registrados nos 9M12.



Começou a vigorar a partir de janeiro de 2013, as medidas provisórias emitidas pelo governo federal, sobre a desoneração da folha de pagamento para empresas de alguns setores.

Esta legislação permitiu que o cálculo da contribuição patronal do INSS tivesse como base o faturamento da Companhia, para a receita adquirida a partir dos produtos industriais enquadrados na Medida, e não mais a folha de pagamento.

A Companhia registrou como INSS sobre faturamento o valor de R\$ 1,8 milhões no 3T13 e de R\$ 4,3 milhões nos 9M13

CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

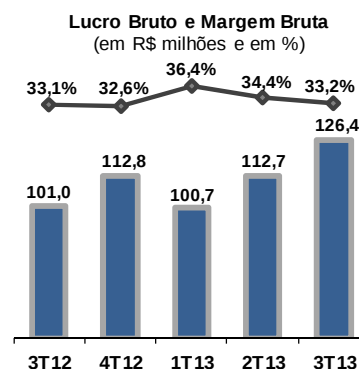
Os custos de bens e/ou serviços vendidos no 3T13 totalizaram R\$ 254,5 milhões, equivalentes a 66,8% da receita líquida, comparados aos R\$ 204,1 milhões (66,9% da receita líquida) registrados no 3T12.

Nos 9M13, os custos de bens e/ou serviços vendidos somaram R\$ 645,2 milhões, equivalentes a 65,5% da receita líquida, comparados aos R\$ 574,9 milhões (66,0% da receita líquida) registrados nos 9M12.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto do 3T13 foi de R\$ 126,4 milhões, um aumento de 25,1% com relação aos R\$ 101,0 milhões registrados no 3T12. No trimestre, este lucro representa 33,2% da receita líquida enquanto no mesmo período do ano anterior, representava 33,1%.

Nos 9M13, o lucro bruto foi de R\$ 339,8 milhões, equivalentes a 34,5% da receita líquida, um acréscimo de 14,9% quando



Comentário do Desempenho



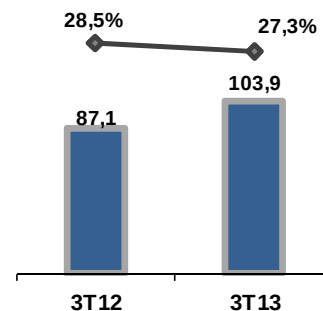
comparados aos R\$ 295,7 milhões (34,0% da receita líquida) registrados nos 9M12.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais do 3T13 totalizaram R\$ 103,9 milhões, correspondentes a 27,3% da receita líquida do mesmo período, 19,3% acima dos R\$ 87,1 milhões registrados no 3T12 (28,5% da receita líquida).

Nos 9M13, as despesas operacionais totalizaram R\$ 287,7 milhões, equivalentes a 29,2% da receita líquida, um acréscimo de 10,8% quando comparados aos R\$ 259,6 milhões (29,8% da receita líquida) registrados nos 9M12.

Despesas Operacionais e % RL
(em R\$ milhões e em %)



As despesas gerais e administrativas foram impactadas por despesas com pessoal, em especial, as reposições salariais incorridas no período e ao incremento da nova estrutura dedicada ao canal de panificação. Ocorreu ainda o incremento da equipe de promotores de vendas e as novas operações logísticas incorridas com o término do Contrato de Industrialização por Encomenda e demais decorrentes que a Companhia vinha executando com a Bunge Alimentos S.A.

Despesas Operacionais	3T13	3T12	3T13 X 3T12 (%)	9M13	9M12	9M13 X 9M12 (%)
Vendas	(76,0)	(56,9)	33,6%	(197,6)	(164,5)	20,1%
Gerais e Administrativas	(23,0)	(25,4)	-9,4%	(71,5)	(77,3)	-7,5%
Honorários da Administração	(1,6)	(1,6)	0,0%	(4,7)	(5,0)	-6,0%
Depreciação/Amortização	(3,5)	(3,4)	2,9%	(10,4)	(10,0)	4,0%
Outras Despesas/ Receitas	0,2	0,2	0,0%	(3,5)	(2,8)	25,0%
Total	(103,9)	(87,1)	19,3%	(287,7)	(259,6)	10,8%

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro	3T13	3T12	3T13 X 3T12 (%)	9M13	9M12	9M13 X 9M12 (%)
Receitas Financeiras	22,5	2,6	N/A	45,0	14,3	N/A
Despesas Financeiras	(29,3)	(5,0)	N/A	(59,6)	(24,8)	N/A
Total	(6,8)	(2,4)	183,3%	(14,6)	(10,5)	39,0%

No 3T13, a Companhia registrou resultado financeiro líquido de R\$ 6,8 milhões de despesas, um aumento de 183,3% comparado aos R\$ 2,4 milhões no mesmo período do ano anterior. O resultado financeiro líquido nos 9M13 foi 39,0% maior, comparado aos 9M12. O impacto foi devido à captação de empréstimos para capital de giro com melhores custos.

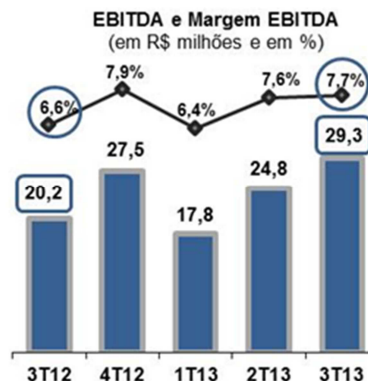
Comentário do Desempenho



RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA

Como consequência dos aspectos comentados anteriormente, a Companhia encerra o 3T13 com lucro operacional de R\$ 16,2 milhões, um aumento de 35,0% quando comparado com o lucro de R\$ 12,0 milhões registrado no 3T12.

O lucro operacional dos 9M13 somou R\$ 38,9 milhões, 45,1% superior aos R\$ 26,8 milhões realizados nos 9M12.



O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) do 3T13 totalizou R\$ 29,3 milhões (margem de 7,7% da receita líquida), que representou acréscimo de 45,0% em relação aos R\$ 20,2 milhões (margem de 6,6% da receita líquida) no mesmo período do ano passado.

O EBITDA acumulado de doze meses totalizou R\$ 99,4 milhões (margem de 7,5% da receita líquida), acima dos R\$ 77,7 milhões (6,5% da receita líquida) no mesmo período do ano anterior.

Reconciliação do EBITDA Controladora	3T13	3T12
Lucro antes do IR e CS - LAIR	16,2	12,0
Depreciação/ Amortização Custos	3,2	2,9
Depreciação/ Amortização Despesas	3,5	3,4
Resultado Financeiro	6,8	2,4
Equivalência	(0,4)	(0,5)
EBITDA	29,3	20,2

LUCRO LÍQUIDO

Devido aos aspectos operacionais citados anteriormente, o lucro líquido registrado no 3T13 foi de R\$ 13,7 milhões, com margem líquida de 3,6%, quando no mesmo período do ano passado o lucro líquido foi de R\$ 9,7 milhões, com margem líquida de 3,2%.

O lucro líquido nos 9M13 fechou em R\$ 32,7 milhões (margem líquida de 3,3%), que representa um aumento de 52,8% quando comparado com R\$ 21,4 milhões dos 9M12 (margem líquida de 2,5%).

Comentário do Desempenho



ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	3T13	3T12	3T13 X 3T12 (%)	2T13	3T13 X 2T13 (%)
Curto prazo	92,0	49,2	87,0%	115,0	-20,0%
Empréstimos e Financiamentos	92,0	49,2	87,0%	115,0	-20,0%
Longo prazo	224,0	96,5	132,1%	134,1	67,0%
Empréstimos e Financiamentos	124,0	96,5	28,5%	134,1	-7,5%
Debêntures	100,0	-	N/A	-	N/A
Total Endividamento	316,0	145,7	116,9%	249,1	26,9%
(-) Caixa	(150,3)	(55,9)	168,9%	(109,3)	37,5%
(-) Instrumentos Financeiros Derivativos	(15,4)	(10,8)	42,6%	(19,6)	-21,4%
Dívida Líquida	150,3	79,0	90,3%	120,2	25,0%

O endividamento líquido no 3T13 foi maior em 25,0% quando comparado com o 2T13. Tal crescimento deve-se principalmente ao aumento do estoque de matéria prima frente ao cenário adverso de preços de trigo e à execução do plano de investimentos da Companhia.

Neste 3T13, a Companhia contratou uma nova operação de debêntures, do tipo simples não conversíveis em ações, com esforços restritos no montante total de R\$100,0 milhões. O valor do principal será amortizado em 07 parcelas semestrais, sendo a primeira no final do 24º mês a contar da data de emissão, e a última, na data de vencimento (30 de setembro de 2018).

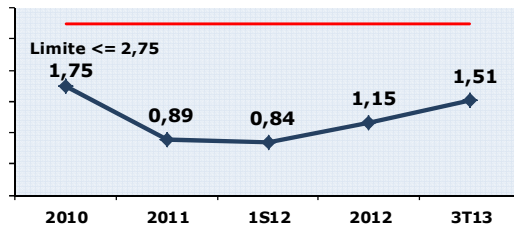
Covenants	3T13	3T12	3T13 X 3T12 (%)	2T13	3T13 X 2T13 (%)
Dívida financeira líquida/Ebitda <= 2,75	1,51	1,02	48,0%	1,33	13,5%
Dívida financeira bruta/Patrimônio líquido <= 1,50	0,81	0,42	92,9%	0,66	22,7%
Ebitda/Despesas financeiras líquidas >= 1,75	5,71	5,18	10,2%	6,95	-17,8%

Os indicadores financeiros, tais como os de liquidez e custo líquido da dívida, continuaram em patamares robustos neste período, sempre dentro dos limites definidos pelos *covenants* dos contratos de empréstimos.

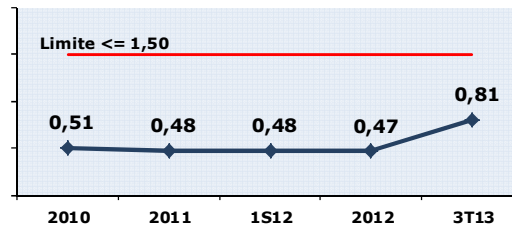
Comentário do Desempenho



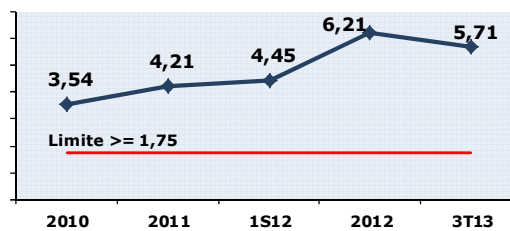
Dívida financeira líquida/Ebitda



Dívida total/Patrimônio líquido



Ebitda/Despesas financeiras líquidas



INVESTIMENTOS

No 3T13, o total de investimentos da Companhia em imobilizado para ampliação da capacidade de produção e logística somou R\$ 16,3 milhões, um aumento de 109,0% em relação aos R\$ 7,8 milhões em investimentos no 3T12.

Nos 9M13, o total de investimentos da Companhia somou R\$ 36,6 milhões, um aumento de 98,9% em relação aos R\$ 18,4 milhões em investimentos nos 9M12.

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controlada e controlada em conjunto: Pico da Caledônia Empreendimentos e Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. As movimentações desses investimentos estão apresentadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Recursos Humanos

Com foco no desenvolvimento da equipe, a área de Recursos Humanos abriu, neste trimestre, novas inscrições para o Programa de Bolsa Educacional em todo o Brasil, ampliando o número de beneficiados em 170%. O Programa subsidia até 50% do valor da mensalidade de cursos técnicos, de graduação, pós-graduação, MBA e mestrado de funcionários de diferentes áreas e cargos. Ainda neste trimestre, funcionários de cargos operacional, técnico-administrativos e de coordenação receberam a antecipação do pagamento do Programa de Participação nos Resultados, gerando também um movimento muito positivo dentro da Companhia.

Comentário do Desempenho



Perspectivas

A Companhia segue consistente em seu processo de transformação e crescimento com rentabilidade iniciado em 2011 através de um contínuo foco na gestão apropriada e rentabilização de nossas categorias e nossos canais de distribuição. A melhoria da qualidade no atendimento do cliente e do canal, incluindo a implementação de controles eficientes na nossa política comercial, combinada com a maior eficiência na logística e na produção e a reentrada da Companhia no segmento de Panificação são os pilares para o aumento da rentabilidade no ano de 2013.

Para o próximo trimestre estimamos um cenário mais competitivo com forte pressão de custo nas categorias derivadas do trigo bem como nas categorias cujos insumos estão sujeitos aos impactos da variação da moeda, potencialmente afetando as margens de nossas categorias, com especial atenção a categoria de massas em face de uma perspectiva de não recomposição de margens face ao posicionamento de preços geral do mercado. A J Macêdo acredita na força de suas marcas, na expansão contínua de seu portfólio e na crescente melhoria de seu atendimento como ferramentas eficazes para a sustentação e crescimento de nosso posicionamento de mercado.

Pretendemos preservar as condições de rentabilidade nas categorias onde a J.Macêdo detem liderança de mercado e monitorar o comportamento do posicionamento de mercado de nossos principais concorrentes frente ao cenário de custos mencionado, no sentido de uma consequente manutenção da rentabilidade nas demais categorias. E por fim, reafirmamos a manutenção de nossa estratégia de posicionamento de nossas marcas em nossos canais de atuação.

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas da Companhia, informamos que desde a contratação da KPMG Auditores Independentes, foram prestados pela mesma, apenas serviços de Auditoria Externa.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia e Controlada

1.1 Objeto social

A J. Macêdo S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente, sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com unidades produtivas nas regiões nordeste, sudeste e sul, e centros de distribuição por todo o Brasil, com a finalidade de melhor atender aos clientes. Esses centros de distribuição, além de facilitar a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e sua controlada (conjuntamente referidas como “Grupo”).

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As presentes informações trimestrais incluem:

- As informações trimestrais consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As informações trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para informações trimestrais separadas em função da avaliação dos investimentos em controlada e controlada em conjunto (joint venture) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas informações trimestrais individuais. Assim sendo, as informações trimestrais consolidadas e as informações trimestrais individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2013 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 8 de novembro de 2013.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

2.2 Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo:

- Os instrumentos financeiros derivativos; e
- As propriedades para investimento.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros e propriedades de investimento pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável, benefícios a empregados de curto prazo, utilização de prazos fiscais, contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais individuais e consolidadas.

3.1 Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações trimestrais da Companhia e sua controlada em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, apresentadas abaixo a seguir:

Razão social	País sede	% participação societária	
		30/09/2013	31/12/2012
(i) Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A (“Pico da Caledônia”)	Brasil	99,9	99,9

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
*Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

Pico da Caledônia (sociedade de capital fechado) - A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 2004 sob a razão social de “Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.”, detendo a controladora a propriedade de 999 ações do capital social e a Bunge Alimentos S.A. de 1 ação. A Pico da Caledônia é uma empresa cujo objeto social é a industrialização de farinha e farelo de trigo e seus respectivos sucedâneos, subprodutos e resíduos de valor econômico; a participação em outras sociedades e a administração de bens próprios e ou de terceiros. Seu capital social foi subscrito, em 2006, por bens da J. Macêdo S.A. representados pelos Moinhos de Salvador e Fortaleza.

As participações de não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e patrimônio líquido não detida pela Companhia e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e no patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado da controladora.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das informações trimestrais consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Controlada e controlada em conjunto

As informações trimestrais da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais o Grupo possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Nas informações trimestrais individuais da controladora, os investimentos de sua controlada e controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma empresa sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido da provisão para desvalorização, quando aplicável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados,

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

resultantes de transações entre a Companhia e a controlada, quando aplicável, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

As informações trimestrais da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando ocorrer perda de controle sobre a controlada, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de controle e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

A Companhia possui como controlada em conjunto a Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda (Tergran) e como controlada, a Pico da Caledônia, conforme demonstrado na nota explicativa 13.

3.3 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do período, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

3.4 Tributos sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais e reconhecidos em deduções da receita e tributos sobre o lucro.

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

O Grupo, fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias:

- Sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do período de elaboração das informações trimestrais, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensurados ao valor justo, a presunção que o valor contábil das propriedades para investimento será recuperado por venda não foi refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das informações trimestrais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das informações trimestrais e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos.

O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros.

3.5 Subvenções governamentais

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida ao valor justo e registrado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando o Grupo recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos nas informações trimestrais ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na nota explicativa 23.

3.6 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

Instrumentos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros não derivativos somente são reconhecidos a partir da data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente registrados no resultado do período.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) empréstimos e recebíveis; e (ii) passivos financeiros não derivativos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis.

a. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. O mesmo critério é utilizado para a qualificação de um investimento como equivalente de caixa.

b. Passivos financeiros ao custo amortizado

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar e obrigações com partes relacionadas.

c. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais, se não resgatáveis ou resgatáveis somente por opção da Companhia, são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios anuais conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda.

Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, no circulante, os ativos são remensurados, pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado. Os ganhos não são reconhecidos em excesso sobre qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Uma vez classificados como mantidos para venda, o imobilizado não é depreciado.

3.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - Custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função da data de validade dos produtos.

3.9 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

A Companhia optou por reavaliar os terrenos, edificações/ instalações, máquinas e equipamentos, pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquidos dos efeitos fiscais.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

A movimentação do período findo em 30 de setembro de 2013 corresponde à depreciação da mais valia e às baixas.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de período e ajustados caso seja apropriado, conforme apresentado na nota explicativa 15.

3.10 Arrendamentos mercantis

No começo de um contrato o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Esse será o caso se as duas condições abaixo forem atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- b. O contrato contém direito de uso do ativo ou ativos.

Companhia como arrendatária

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos são registrados como encargos financeiros e redução de passivo resultando na obtenção de taxa de juros constante que é aplicada sobre o saldo remanescente desse passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.11 Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade.

Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no período em que forem gerados.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

3.12 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no período em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

a. Ativos financeiros

Na data de cada informação trimestral, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

O Grupo considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos a valor justo e impostos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
*Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.14 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas informações trimestrais, líquida de qualquer reembolso.

3.15 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.16 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo devoluções, descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador e o custo associado puder ser mensurado adequadamente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis) que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida

3.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa média de juros implícita, nos contratos com respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.18 Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média de ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor no exercício apresentado, nos termos do CPC 41 - Resultado por ação.

3.19 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Companhia na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

A Companhia atua no segmento alimentício com sete linhas de produtos: farinha, farelo, massas, mistura para bolo, biscoitos, sobremesas e fermento. Tendo em vista que as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

3.20 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou as demonstrações dos valores adicionados (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4 Mudanças nas políticas contábeis

O Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou uma série de normas cuja adoção passou a ser obrigatória desde 1º de janeiro de 2013.

A Administração da Companhia analisou a aplicabilidade e o impacto na adoção dos novos pronunciamentos e concluiu que a adoção ao IFRS 11 - Empreendimento em conjunto teve impacto insignificante sobre a sua consolidação.

Referida norma não permite que os empreendimentos controlados em conjunto sejam consolidados pelo método proporcional (consolidação proporcional), aplicando-se apenas o método de equivalência patrimonial.

Os efeitos da não consolidação proporcional de suas controlada em conjunto Terminais de Grão Fortaleza (TERGRAN) foram considerados imateriais, razão pelo qual não estão sendo reapresentadas as demonstrações comparativas.

5 Reclassificações

5.1 Demonstração do valor adicionado

O Grupo reclassificou valores contidos no custo dos produtos vendidos (CPV), com a finalidade de adequá-los à sua natureza, conforme determina o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. O resultado da reclassificação não teve efeitos no patrimônio e no resultado da Companhia.

Reconciliação do demonstrativo

	30/09/2012					
	Controladora			Consolidado		
	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual
1 - Receitas	958.391	-	958.391	959.953	(262)	960.215
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(647.244)	82.754	(729.998)	(647.757)	83.016	(730.773)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	311.147	82.754	228.393	312.196	82.754	229.442
4 - Depreciação, amortização e exaustão	(18.874)	(303)	(18.571)	(19.011)	(303)	(18.708)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	292.273	82.451	209.822	293.185	82.451	210.734
6 - Valor recebido em transferência	15.545	-	15.545	14.315	-	14.315
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+ 6)	307.818	82.451	225.367	307.500	82.451	225.049
8 - Distribuição do valor adicionado	307.818	82.451	225.367	307.500	82.451	225.049
8.1) Pessoal	131.259	34.660	96.599	131.341	34.660	96.681
8.2) Impostos, taxas e contribuições	117.196	46.164	71.032	117.866	46.163	71.703
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	37.905	1.627	36.278	36.805	1.628	35.177
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	21.458	-	21.458	21.488	-	21.488

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

6 Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Bancos conta movimento	7.301	7.280	7.310	7.292
Aplicações financeiras	142.969	66.706	143.144	66.795
	<u>150.270</u>	<u>73.986</u>	<u>150.454</u>	<u>74.087</u>

As aplicações financeiras em renda fixa se referem exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,70% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (31 de dezembro de 2012: 100,65%) e estão destinadas à negociação imediata e disponíveis para utilização imediata. As aplicações financeiras possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas.

O Grupo mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, por esse motivo foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Clientes no país	141.110	106.660	141.110	106.724
Desconto de verbas contratuais	(9.396)	(6.805)	(9.396)	(6.805)
Provisão para redução ao valor recuperável	(2.487)	(1.934)	(2.487)	(1.934)
	<u>129.227</u>	<u>97.921</u>	<u>129.227</u>	<u>97.985</u>

O desconto de verbas contratuais representam descontos condicionais que serão concedidos em função da data de pagamento da fatura.

Em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Prazo:				
Valores a vencer:	133.567	101.620	133.567	101.684
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	4.462	2.637	4.462	2.637
de 31 a 60 dias	305	203	305	203
de 61 a 90 dias	205	137	205	137
Acima de 90 dias	2.571	2.063	2.571	2.063
	<u>141.110</u>	<u>106.660</u>	<u>141.110</u>	<u>106.724</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber para o período/ exercício findos em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 está assim representada:

Controladora e consolidado		
	30/09/2013	31/12/2012
Saldo inicial	(1.934)	(887)
Constituição de provisão	(1.962)	(1.359)
Reversões e baixas	1.409	312
Saldo final	<u>(2.487)</u>	<u>(1.934)</u>

Na nota explicativa 30.2.2, estão demonstrados o montante de contas a receber por tipo de cliente como também os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Produtos acabados	51.620	30.598	51.620	30.598
Matérias primas	35.995	32.597	35.995	32.597
Materiais de produção	19.991	10.589	19.991	10.589
Materiais de manutenção e outros	4.355	5.337	4.355	5.360
Produtos em processo	2.451	852	2.451	852
Adiantamentos para compra de matéria prima (a)	45.143	63.596	45.143	63.596
	<u>159.555</u>	<u>143.569</u>	<u>159.555</u>	<u>143.592</u>

- (a) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias primas. Os adiantamentos para compra de trigo são liquidados em 30 dias, em média.

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matéria prima e materiais de manutenção e outros. Segue abaixo a movimentação para os períodos/ exercícios findos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

Controladora e consolidado		
	30/09/2013	31/12/2012
Saldo inicial	(1.815)	(791)
Adições	(8.995)	(5.395)
Reversões	6.656	4.371
Saldo final	<u>(4.154)</u>	<u>(1.815)</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

9 Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora					
	30/09/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	12.301	4.539	16.840	13.750	4.539	18.289
ICMS a apropriar (b)	11.099	2.445	13.544	5.533	3.458	8.991
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	380	2.063	2.443	1.034	1.647	2.681
Imposto de renda a compensar	1.797	-	1.797	4.199	-	4.199
Contribuição social a compensar	46	-	46	425	-	425
PIS a compensar (c)	2.321	275	2.596	1.995	89	2.084
COFINS a compensar (c)	8.432	1.268	9.700	9.149	412	9.561
Outros impostos e contribuições	625	-	625	778	-	778
	<u>37.001</u>	<u>10.590</u>	<u>47.591</u>	<u>36.863</u>	<u>10.145</u>	<u>47.008</u>

	Consolidado					
	30/09/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	12.301	4.539	16.840	13.750	4.539	18.289
ICMS a apropriar (b)	11.099	2.445	13.544	5.533	3.458	8.991
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	380	2.063	2.443	1.034	1.647	2.681
Imposto de renda a compensar	1.799	-	1.799	4.240	-	4.240
Contribuição social a compensar	46	-	46	425	-	425
PIS a compensar (c)	2.321	275	2.596	1.995	89	2.084
COFINS a compensar (c)	8.432	1.268	9.700	9.149	412	9.561
Outros impostos e contribuições	625	-	625	778	-	778
	<u>37.003</u>	<u>10.590</u>	<u>47.593</u>	<u>36.904</u>	<u>10.145</u>	<u>47.049</u>

Os impostos e contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

- (a) Refere-se substancialmente a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ n°s 46/00 e 50/05, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária;
- (b) Trata-se de pagamentos antecipados de ICMS substituição tributária que serão apropriados no momento da venda; e
- (c) Crédito decorrente de pagamentos a maior e sobre aquisição de insumos.

10 Ativos não circulante mantidos para venda

Foi realizada, no terceiro trimestre de 2013, a venda do terreno situado em Bayeux – PB, que havia sido recebido como quitação de dívidas anteriores, registrado no ativo não circulante mantido para venda por R\$ 915.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

A venda do terreno foi efetivada por R\$ 1.000, dos quais, R\$ 850 foram pagos através do recebimento de um imóvel situado em João Pessoa – PB. O ganho gerado nesta operação foi de R\$ 85.

Em 30 de setembro de 2013, os ativos mantidos para venda correspondem ao imóvel situado em João Pessoa citado anteriormente, no montante de R\$850, e aos ativos da Unidade de Cabedelo, cuja operação foi paralisada, transferidos do ativo imobilizado, pelo valor contábil até então registrado, ou seja, ao custo deduzido da depreciação, no total de R\$ 2.843.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo total de ativos mantidos para a venda foi de R\$ 3.693 (R\$ 3.758 em 31 de dezembro de 2012). Nos períodos apresentados, não há perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

11 Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Companhias				
Ativo não circulante - Empréstimos e recebíveis				
J. Macêdo Alimentos S.A.	3.558	2.792	3.558	2.792
	<u>3.558</u>	<u>2.792</u>	<u>3.558</u>	<u>2.792</u>
Passivo circulante - Empréstimos e recebíveis				
Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	6.718	5.412	-	-
Tergran	1.200	1.200	1.200	-
	<u>7.918</u>	<u>6.612</u>	<u>1.200</u>	<u>-</u>

Empresa líder do conglomerado

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo Alimentos S.A., a qual é uma subsidiária da J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- J.Macêdo Alimentos S.A.
- J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.
- MAC-DO Administração e Participações S.A.
- BDM Participações Ltda.

Participação conjunta na qual a Companhia é uma das participantes

- Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda (33,33% do capital).

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Outras partes relacionadas

A empresa CIPOLIN S.A., com sede no Uruguai, faz o processo de intermediação da compra de trigo para Companhia, repassando o produto adquirido no exterior pelo preço de aquisição, o qual segue rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigente no momento de cada operação.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

A Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. possui acordo de industrialização, conforme citado na nota explicativa 3.1.

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não há provisão registrada para perda ao valor recuperável, por causa da ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem da gestão de caixa centralizada com as demais empresas integrantes do Grupo J. Macêdo, e sobre estes valores não incide qualquer encargo financeiro.

O quadro a seguir apresenta o valor total das transações realizadas, com efeito no resultado, com as partes relacionadas nos períodos em questão:

	Aquisição de materiais e serviços			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Companhias				
Cipolin S.A (1)	126.507	34.294	126.507	34.294
Pico da Caledônia	471	480	-	-
	<u>126.978</u>	<u>34.774</u>	<u>126.507</u>	<u>34.294</u>

- (1) Importação de trigo da Argentina, Uruguai e Paraguai, a preço de mercado. Essas operações são liquidadas à vista ou com prazo inferior a sete dias.

Contratos de arrendamento

- I. Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Outras Avenças, firmado em 30 de janeiro de 2004 com a Pico da Caledônia, por meio do qual as unidades industriais de Fortaleza e Salvador são arrendadas à Companhia, com renovação a critério exclusivo da Companhia. Ressalte-se que, em igual data, aludidos bens foram objeto de subscrição de capital naquela controlada, em consonância com os acordos operacionais recíprocos celebrados com a parceira Bunge. Com o final da aliança, o contrato de arrendamento será eliminado com a incorporação desta controlada até o final de 2013; e
- II. Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Comercial e de Outras Avenças, firmado em 15 de outubro de 2003, com a J. Macêdo Alimentos S.A., tendo como objeto a unidade industrial em Londrina no Estado do Paraná.

Existem transações de arrendamento mercantil entre partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa 15.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 1.083 (R\$ 13.000/ ano), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. No terceiro trimestre de 2013, as despesas com honorários da Administração foram de R\$ 4.665 (30 de setembro de 2012: R\$ 4.986). A provisão para participação nos resultados está demonstrada na nota explicativa 27.

Avais e garantias

As operações para financiamento e capital de giro junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por títulos das contas a receber de clientes, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia. Apenas uma pequena parcela dessas operações, entretanto, no que concerne a garantias, recebeu avais da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., não representando em 30 de setembro de 2013 mais do que 19,40% (31 de dezembro de 2012: 12,25%) do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

Durante o trimestre a Companhia emitiu debêntures, conforme nota explicativa 20, as quais possuem como fiadora a J.Macedo Alimentos S.A.. O valor total das debêntures representam 31,65% do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

Os comentários sobre cláusulas restritivas estão apresentados na nota explicativa 19.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	17.968	19.372	17.968	19.372
Diferenças temporárias:				
Provisão para perda ao valor recuperável	692	538	692	538
Provisão para perdas com estoques	1.155	505	1.155	505
Provisão para contingências	2.170	2.159	2.170	2.159
Programa de participação nos resultados	2.088	1.879	2.088	1.879
Perda operação "swap"	8.410	2.783	8.410	2.783
Outras provisões	461	1.007	461	1.007
Total diferido ativo	32.944	28.243	32.944	28.243
Ágio Chiarini	(1.453)	(1.186)	(1.453)	(1.186)
Ganho operação "swap"	(13.204)	(5.626)	(13.204)	(5.626)
Ajuste de avaliação patrimonial	(9.925)	(10.036)	(12.366)	(12.477)
Valor justo propriedades para investimentos	(14.716)	(14.716)	(14.716)	(14.716)
Total diferido passivo	(39.298)	(31.564)	(41.739)	(34.005)

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Reconciliação do diferido

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Saldo inicial	(3.321)	12.708	(5.762)	10.267
Constituição/Realização	(1.404)	(1.935)	(1.404)	(1.935)
Compensação lucro real	479	(23)	479	(23)
Perda operação "swap"	5.626	2.551	5.626	2.551
Total da movimentação diferido ativo	4.701	593	4.701	593
Realização de ajuste avaliação patrimonial	111	238	111	238
Ganho operação "swap"	(7.578)	(3.828)	(7.578)	(3.828)
Ágio Chiarini	(267)	(356)	(267)	(356)
Valor justo propriedade para investimentos	-	(12.676)	-	(12.676)
Total da movimentação diferido passivo	(7.734)	(16.622)	(7.734)	(16.622)
	(6.354)	(3.321)	(8.795)	(5.762)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Corrente				
Imposto de renda	(2.093)	(1.475)	(2.209)	(1.631)
Contribuição social	(1.045)	(528)	(1.094)	(591)
	(3.138)	(2.003)	(3.303)	(2.222)
Diferidos				
Imposto de renda	(1.918)	(2.137)	(1.918)	(2.137)
Contribuição social	(1.114)	(1.186)	(1.114)	(1.186)
	(3.032)	(3.323)	(3.032)	(3.323)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.170)	(5.326)	(6.335)	(5.545)

Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da CSLL	38.897	26.784	39.062	27.003
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	13.225	9.107	13.281	9.181
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	1.176	1.721	1.176	1.721
Itens não considerados como despesas pela legislação tributária	7.521	2.774	7.521	2.774
Adições temporárias				
Provisões temporárias	7.525	5.406	7.525	5.406
Exclusões permanentes				
Itens não considerados como receitas pela legislação tributária	(9.718)	(4.322)	(9.718)	(4.322)
Exclusões temporárias				

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Provisões realizadas	(5.792)	(4.975)	(5.792)	(4.975)
Ganho de incentivos fiscais	(8.157)	(6.147)	(8.157)	(6.147)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	(1.716)	(855)	(1.716)	(855)
Ajustes negativo do imposto de renda de exercícios anteriores	(15)	-	(15)	-
Outros	2.121	2.617	2.230	2.762
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	6.170	5.326	6.335	5.545
Alíquota efetiva	<u>15,86%</u>	<u>19,88%</u>	<u>16,22%</u>	<u>20,53%</u>

13 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Participações em empresas controlada e controlada em conjunto	27.432	27.590	2.988	-
Ágio (Nota 16)	6.399	6.399	-	-
Outros investimentos	64	64	64	64
	<u>33.895</u>	<u>34.053</u>	<u>3.052</u>	<u>64</u>

	30/09/2013		31/12/2012	
	Tergran	Pico da Caledônia	Tergran	Pico da Caledônia
Informações sobre as investidas:				
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	999	2.193.000	999
Participação no capital total e votante:	33,33%	99,90%	33,33%	99,90%
Ativo circulante	5.665	12.283	4.336	387
Ativo não circulante	4.603	16.207	4.897	26.908
Total de ativos	<u>10.268</u>	<u>28.490</u>	<u>9.233</u>	<u>27.295</u>
Passivo circulante	1.303	1.581	766	62
Passivo não circulante	-	2.441	-	2.441
Total de passivos	<u>1.303</u>	<u>4.022</u>	<u>766</u>	<u>2.503</u>
Capital social	9.204	18.389	9.204	18.389
Patrimônio líquido	8.965	24.468	8.467	24.792
Lucro líquido (prejuízo) do exercício/período	497	1.194	(763)	1.598

	30/09/2013		31/12/2012
	Tergran	Pico da Caledônia	Total
Movimentação dos investimentos			
Saldo inicial	2.822	24.768	27.590
Distribuição de lucros	-	(1.517)	(1.517)
Equivalência patrimonial	166	1.193	1.359
Outros	-	-	-
Saldo final	<u>2.988</u>	<u>24.444</u>	<u>27.432</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

14 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores independentes sediados no estado do Ceará, em 31 de dezembro de 2012.

O valor justo dos imóveis foi determinado pelo Método Evolutivo, onde o valor do terreno foi obtido pelo Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das edificações e benfeitorias pelo Método da Quantificação de Custo, de acordo com as partes 1 e 2 da NBR 14653.

Os imóveis registrados como Propriedades para investimento incluem imóveis comerciais que estão arrendados e/ou disponíveis para arrendamento a terceiros.

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
Saldo inicial	60.682	23.400
Ganho líquido de ajuste a valor justo	-	37.282
Saldo final	60.682	60.682

A Companhia realiza anualmente, em 31 de dezembro, a avaliação do valor justo dos bens registrados como propriedades para investimento.

15 Imobilizado

15.1 Controladora

15.1.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	30/09/2013			31/12/2012		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	9.693	-	9.693	9.693	-	9.693
Edificações e outros imóveis	3,18	155.414	(74.604)	80.810	155.186	(71.743)	83.443
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,38	201.061	(97.034)	104.027	189.236	(89.641)	99.595
Instalações	9,97	12.939	(4.878)	8.061	11.316	(4.040)	7.276
Móveis e utensílios	9,86	8.036	(5.375)	2.661	7.496	(5.089)	2.407
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	23,28	7.378	(6.030)	1.348	7.123	(5.438)	1.685
Veículos	15,64	6.344	(1.600)	4.744	5.457	(998)	4.459
Outros	14,41	5.173	(2.130)	3.043	5.125	(1.962)	3.163
		<u>406.038</u>	<u>(191.651)</u>	<u>214.387</u>	<u>390.632</u>	<u>(178.911)</u>	<u>211.721</u>
Imobilizado em andamento	-	20.950	-	20.950	6.341	-	6.341
Adiantamento a fornecedores	-	5.096	-	5.096	1.337	-	1.337
		<u>432.084</u>	<u>(191.651)</u>	<u>240.433</u>	<u>398.310</u>	<u>(178.911)</u>	<u>219.399</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

15.1.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2012	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 30/09/2013
Terrenos	9.693	-	-			9.693
Edificações e outros imóveis	83.443	254	(2)	(24)	(2.861)	80.810
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	99.595	11.569	(17)	708	(7.828)	104.027
Instalações	7.276	1.550	-	73	(838)	8.061
Móveis e utensílios	2.407	261	-	287	(294)	2.661
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	1.685	290	-	4	(631)	1.348
Veículos	4.459	920	(18)	-	(617)	4.744
Outros	3.163	744	(242)	-	(622)	3.043
Imobilizado em andamento	6.341	15.657	-	(1.048)	-	20.950
Adiantamento a fornecedores	1.337	5.282	(1.523)	-	-	5.096
	<u>219.399</u>	<u>36.527</u>	<u>(1.802)</u>	<u>-</u>	<u>(13.691)</u>	<u>240.433</u>

Em 31 de dezembro de 2012 foi reclassificado para ativo não circulante mantido para venda, o valor correspondente aos bens vinculados à unidade industrial de Cabedelo, objeto de desativação pela Companhia.

15.2 Consolidado**15.2.1 Composição dos saldos**

		30/09/2013			31/12/2012		
	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	19.183	-	19.183	19.183	-	19.183
Edificações e outros imóveis	3,18	155.414	(74.604)	80.810	155.186	(71.743)	83.443
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,38	201.061	(97.034)	104.027	189.236	(89.641)	99.595
Instalações	9,97	12.939	(4.878)	8.061	11.316	(4.040)	7.276
Móveis e utensílios	9,86	8.036	(5.375)	2.661	7.496	(5.089)	2.407
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	23,28	7.378	(6.030)	1.348	7.123	(5.438)	1.685
Veículos	15,64	6.344	(1.600)	4.744	5.457	(998)	4.459
Outros	14,41	5.173	(2.130)	3.043	5.125	(1.962)	3.163
		<u>415.528</u>	<u>(191.651)</u>	<u>223.877</u>	<u>400.122</u>	<u>(178.911)</u>	<u>221.211</u>
Imobilizado em andamento	-	20.950	-	20.950	6.341	-	6.341
Adiantamento a fornecedores	-	5.096	-	5.096	1.337	-	1.337
		<u>441.574</u>	<u>(191.651)</u>	<u>249.923</u>	<u>407.800</u>	<u>(178.911)</u>	<u>228.889</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

15.2.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2012	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 30/09/2013
Terrenos	19.183	-	-	-	-	19.183
Edificações e outros imóveis	83.443	254	(2)	(24)	(2.861)	80.810
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	99.595	11.569	(17)	708	(7.828)	104.027
Instalações	7.276	1.550	-	73	(838)	8.061
Móveis e utensílios	2.407	261	-	287	(294)	2.661
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	1.685	290	-	4	(631)	1.348
Veículos	4.459	920	(18)	-	(617)	4.744
Outros	3.163	744	(242)	-	(622)	3.043
Imobilizado em andamento	6.341	15.657	-	(1.048)	-	20.950
Adiantamento a fornecedores	1.337	5.282	(1.523)	-	-	5.096
	<u>228.889</u>	<u>36.527</u>	<u>(1.802)</u>	<u>-</u>	<u>(13.691)</u>	<u>249.923</u>

O ativo imobilizado do Grupo, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

15.3 Composição das despesas de depreciação/amortização

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, o Grupo registrou em seu resultado, despesas de depreciação e amortização, conforme apresentado abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Depreciação/amortização	(10.121)	(9.706)	(10.121)	(9.843)
Depreciação do custo atribuído	(326)	(329)	(326)	(329)
Depreciação/amortização total	<u>(10.447)</u>	<u>(10.035)</u>	<u>(10.447)</u>	<u>(10.172)</u>

15.4 Ativos concedidos em garantias

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras, conforme apresentado abaixo:

	Controladora	
Tipo de garantia	30/09/2013	31/12/2012
Máquinas e equipamentos	65.717	65.359
Edificações	53.256	54.469
Instalações	5.114	5.148
Móveis e utensílios	1.516	2.951
Terrenos	13.240	13.240
Outros	19.362	5.202
	<u>158.205</u>	<u>146.369</u>

Todas as operações garantidas pelos ativos imobilizados são associadas ao FINEM/BNDES e a processos trabalhistas.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

15.5 Arrendamentos mercantis financeiros

O Grupo possui contratos de arrendamentos que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, são classificados como arrendamentos financeiros.

O Grupo estima o prazo total de cada contrato de arrendamento, considerando os prazos de renovação que são de faculdade exclusiva da Companhia e que para os quais perdas econômicas ou penalidades existam em caso de término do contrato após o seu prazo original. Este prazo estimado é usado para se determinar se um arrendamento deve ser classificado como operacional ou financeiro e no cálculo das despesas de aluguel de maneira linear durante todo o prazo do contrato. Adicionalmente, a vida útil das benfeitorias em imóveis arrendados é limitada ao prazo do contrato de arrendamento ou à vida útil econômica do bem. Abatimentos, carências e descontos são considerados no cálculo dos aluguéis.

A finalização da aliança com a Bunge não prevê para o Grupo nenhum ganho ou perda relacionado aos arrendamentos financeiros.

Os principais efeitos relativos aos contratos de arrendamento financeiro estão descritos a seguir:

15.5.1 Ativo imobilizado (“Propriedades com arrendamento mercantil”)

Tipo	Prazo do contrato (anos)	30/09/2013			31/12/2012		
		Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Estabelecimentos industriais:	21 e 22						
Custo original		45.310	(35.709)	9.601	45.510	(35.222)	10.288
Complemento:							
Custo atribuído	-	19.191	(3.293)	15.898	19.191	(3.120)	16.071
		<u>64.501</u>	<u>(39.002)</u>	<u>25.499</u>	<u>64.701</u>	<u>(38.342)</u>	<u>26.359</u>

(*) Valor presente dos aluguéis mínimos

15.5.2 Obrigações do arrendamento mercantil

Os aluguéis mínimos serão pagos em 2013. O valor presente dos pagamentos mínimos em 30 de setembro de 2013 foi de R\$ 12.097 (30 de setembro de 2012: R\$ 12.442).

15.5.3 Contas de resultado

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia registrou no resultado como despesa de depreciação dos bens arrendados o total de R\$ 487 (30 de setembro de 2012: R\$ 487), e como despesas de juros com arrendamento financeiro o total de R\$ 1.076 (30 de setembro de 2012: R\$ 1.095). O montante de aluguéis mínimos pagos no mesmo período totalizou R\$ 1.337 (30 de setembro de 2012: R\$ 1.337).

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

16 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Ágio na aquisição de investimentos (a) Indefinida	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Total
Vida útil				
<u>Custo:</u>				
Em 1º de janeiro de 2013	40.326	6.399	40.326	46.725
Adições	1.314	-	1.314	1.314
Baixas	(166)	-	(166)	(166)
Em 30 de setembro de 2013	41.474	6.399	41.474	47.873
<u>Amortização:</u>				
Em 1º de janeiro de 2013	(29.246)	-	(29.246)	(29.246)
Baixas	72	-	72	72
Amortização	(5.498)	-	(5.498)	(5.498)
Em 30 de setembro de 2013	(34.672)	-	(34.672)	(34.672)
<u>Valor contábil líquido:</u>				
Em 30 de setembro de 2013	6.802	6.399	6.802	13.201
Em 1º de janeiro de 2013	11.080	6.399	11.080	17.479

- a) O saldo remanescente de R\$ 6.399, decorrente da aquisição da Chiarini, está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, registrado no ativo intangível.

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo realizou o teste de valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura na aquisição da fábrica Chiarini e, como resultado dessa análise, a Administração não identificou perda por redução ao valor recuperável.

- b) Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial - ERP do SAP. Estes ativos intangíveis serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Nacionais	49.449	36.348	49.449	36.369
Estrangeiros	213	995	213	995
	49.662	37.343	49.662	37.364

Referem-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação entre 7 a 60 dias, não havendo títulos vencidos.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
*Relatório sobre a Revisão de
 Informações Trimestrais - ITR*

18 Tributos a recolher

	Controladora					
	30/09/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	4.969	-	4.969	7.160	-	7.160
Diferimento de ICMS (PROVIN) (Nota 23)	2.243	2.430	4.673	2.418	1.915	4.333
REFIS IV (a)	1.874	5.132	7.006	1.799	5.814	7.613
Imposto de renda a recolher	461	-	461	1.328	-	1.328
Contribuição social a recolher	439	-	439	943	-	943
INSS retido	475	-	475	424	-	424
ISS retido	369	-	369	259	-	259
Outros	100	-	100	2	-	2
	<u>10.930</u>	<u>7.562</u>	<u>18.492</u>	<u>14.333</u>	<u>7.729</u>	<u>22.062</u>

	Consolidado					
	30/09/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	4.969	-	4.969	7.160	-	7.160
Diferimento de ICMS (PROVIN) (Nota 23)	2.243	2.430	4.673	2.418	1.915	4.333
REFIS IV (a)	1.874	5.132	7.006	1.799	5.814	7.613
Imposto de renda a recolher	500	-	500	1.401	-	1.401
Contribuição social a recolher	455	-	455	943	-	943
INSS retido	475	-	475	424	-	424
ISS retido	369	-	369	259	-	259
Outros	108	-	108	2	-	2
	<u>10.993</u>	<u>7.562</u>	<u>18.555</u>	<u>14.406</u>	<u>7.729</u>	<u>22.135</u>

(a) REFIS - Programa de Recuperação Fiscal

Em 27 de maio de 2009, através da Lei 11.941/09, o Governo Federal aprovou o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, que veio permitir às empresas a oportunidade de regularizar seus débitos mediante um sistema especial de pagamentos e de parcelamentos, das suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes até 30 de novembro de 2008.

A J. Macêdo S.A. formalizou em 19 de novembro de 2009 sua opção pelo Programa de Recuperação Fiscal instituído pelo Governo Federal para a quitação de impostos e contribuições sociais, atendendo todos os requisitos da referida Lei.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Em 29 de junho de 2011, a Receita Federal consolidou a dívida da Companhia, totalizando R\$ 57.966, que, após a redução legal de R\$ 14.302 e compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, no montante de R\$ 20.621, resultou numa dívida líquida de R\$ 19.348.

O saldo atualizado da dívida em 30 de setembro de 2013 é de R\$18.422 (31 de dezembro de 2012: R\$ 19.030) que deverá ser parcialmente liquidado com o saldo de correspondentes depósitos judiciais, no valor de R\$ 11.417 (31 de dezembro de 2012: R\$ 11.417), reduzindo esta obrigação para R\$7.005(31 de dezembro de 2012: R\$ 7.613).

Os montantes a pagar no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
2014	1.874	1.799
2015	1.874	1.799
A partir de 2016	3.814	4.131
	<u>7.562</u>	<u>7.729</u>

19 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Moeda nacional	Indexador	Taxas de juros (a.a)	Controladora e Consolidado	
			30/09/2013	31/12/2012
FINAME (2)	Pré-fixado	3% a 5,5%	1.482	789
FINEM BNDES (2)	Pré-fixado, TJLP e moedas	2,45% à 4,5%	51.768	63.110
Crédito rural	Pré-fixado	5,50%	14.499	10.169
Moeda estrangeira – US\$				
Empréstimos em moeda estrangeira (1) e (3)	US\$	1,75% a 5%	148.220	106.254
			<u>215.969</u>	<u>180.322</u>
Circulante			<u>(91.969)</u>	<u>(67.097)</u>
Não circulante			<u>124.000</u>	<u>113.225</u>

- (1) Garantido, parcialmente, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.
- (2) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.
- (3) Operação 4131 com “Swap” para CDI conforme nota explicativa 30.

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Ano	Controladora e Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
2014	57.718	81.760
2015	44.780	10.779
2016	9.802	9.452
A partir de 2017	11.700	11.234
	124.000	113.225

O Grupo está obrigado, devido ao empréstimo do FINEM BNDES, a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, os quais foram adequadamente cumpridos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

20 Debêntures (controladora e consolidado)

Em 23 de setembro de 2013 foi aprovada a 2ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos, com data de emissão de 30 de setembro de 2013, prazo de vencimento de 5 anos, no montante total de R\$100.000.

As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, em série única, com garantia fidejussória e não contarão com garantia real, sendo distribuídas sob o regime de garantia firme de subscrição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

O valor do principal será amortizado em 7 parcelas semestrais, sendo a primeira no final do 24º mês a contar da data de emissão, e a última, na data de vencimento (30 de setembro de 2018).

Características da oferta

Debêntures	2ª. Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	100
Remuneração	Taxa DI + 1,4% a.a.
Vencimento	30/09/2018

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora
	30/09/2013
2014	-
2015	14.280
2016	28.560
A partir de 2017	57.160
	100.000

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

21 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Adiantamentos decorrentes de acordos contratuais (a)	3.468	14.155	3.468	14.155
Contas a pagar antigos acionistas da Chiarini (b)	7.650	8.638	7.650	8.638
Provisões operacionais	2.378	4.121	2.378	4.121
Outros	3.608	4.877	3.608	4.902
	<u>17.104</u>	<u>31.791</u>	<u>17.104</u>	<u>31.816</u>
 Circulante	 (10.358)	 (22.554)	 (10.358)	 (22.579)
Não circulante	<u>6.746</u>	<u>9.237</u>	<u>6.746</u>	<u>9.237</u>

- a) Adiantamentos decorrentes da compra de trigo por conta e ordem da Bunge.
- b) Saldo a pagar pela aquisição, em 6 de janeiro de 2009, da Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda., pelo montante de R\$ 28.128. Esse valor vem sendo pago em parcelas mensais, com vencimento final em 5 de janeiro de 2017. Sobre o saldo devedor, incide a variação do CDI.

Os montantes a pagar no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
2014	2.102	1.996
2015	2.102	1.996
A partir de 2016	2.542	5.245
	<u>6.746</u>	<u>9.237</u>

22 Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios do Grupo.

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

	Tributária (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.832	5.110	820	7.762
Provisões	-	439	302	741
Reversão de provisões	-	(433)	(339)	(772)
Pagamentos/depósitos	-	(433)	-	(433)
Encargos financeiros	48	272	32	352
Saldo em 30 de junho de 2013	1.880	4.955	815	7.650
Provisões	-	88	168	256
Reversão de provisões	-	(50)	(128)	(178)
Pagamentos/depósitos	-	(116)	-	(116)
Encargos financeiros	40	139	11	190
Saldo em 30 de setembro de 2013	1.920	5.016	866	7.802

(a) Tributárias

Em 30 de setembro de 2013, o Grupo figurava como réu em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em contingência é de R\$ 225.781 (31 de dezembro de 2012: R\$170.901). O total destas contingências é constituído por R\$ 118.901 (31 de dezembro de 2012: R\$ 70.389) relativo a tributos federais; R\$ 106.273 (31 de dezembro de 2012: R\$ 100.035) relativo a impostos estaduais e R\$ 607 (31 de dezembro de 2012: R\$ 477) relativo a tributos municipais. As provisões que possuem bens como garantias não possuem valor relevante.

(b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por dano material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional.

Em 30 de setembro de 2013, existiam diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de R\$ 26.844 (31 de dezembro de 2012: R\$ 26.225).

Em 30 de setembro de 2013, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e recursais totalizavam o montante de R\$ 6.351 (31 de dezembro de 2012: R\$ 4.981). Não existem provisões que possuam bens como garantia na área trabalhista.

(c) Cíveis e administrativas

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia era réu em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 7.832 (31 de dezembro de 2012: R\$ 7.908).

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como réu envolve questões usuais e inerentes à atividade comercial e refere-se, sobretudo, entre outros, a ações de representantes comerciais e ações de cobranças fundadas em motivos variados.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

A Companhia possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais contingências estão assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
Tributária	144.289	132.878
Trabalhista	17.108	14.829
Cível	6.408	6.677
	167.805	154.384

Abaixo estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível. As demais causas possíveis não possuem valor superior a R\$ 10.000:

Autor: Receita Federal do Brasil

I) Auto de infração de IRPJ, no valor de R\$ 23.546, lavrado contra a Companhia em 25.10.2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Autor: Estado de São Paulo

I) Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS, no valor de R\$ 25.514, lavrado contra a Companhia em 21.11.1994, por supostamente ter efetuado desembaraço aduaneiro em estado diferente do seu estabelecimento industrial. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial nos Embargos à Execução Fiscal.

II) Auto de Infração no valor de R\$ 16.035, lavrado contra a Companhia em 18.10.2010 com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Julgado improcedente em 1ª Instância Administrativa. Aguarda-se julgamento de Recurso Especial pelo TIT/SP.

Autor: J. Macêdo

I) Ação anulatória contra auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro em 27.03.2006, no valor de R\$ 20.983 por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação do trigo. Questiona-se o diferimento deste imposto para o farelo. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial.

23 Subvenções governamentais (Controladora)

No período findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia fez jus a:

- R\$ 728 de subvenção federal (30 de setembro de 2012: a Companhia apurou prejuízo fiscal, não havendo base para cálculo do lucro da exploração); e

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

- R\$ 21.852 de subvenções estaduais (30 de setembro de 2012: R\$ 17.972).

As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir.

23.1 ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Cabedelo, Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicional por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias, e redução de 12,5%, por 05 (cinco) anos, desde o ano de 2009 até 2013 na industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do período, na data de sua apuração.

23.2 PROVIN (Estado do Ceará)

A unidade de Fortaleza é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014, e prorrogado de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela diferida, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do período, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

23.3 DESENVOLVE (Estado da Bahia)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica ("DESENVOLVE"), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores dadas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008 e nº 59, de 26 de agosto de 2009.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até fevereiro de 2017.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

23.4 PRODESIN (Estado de Alagoas)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas ("PRODESIN"), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria prima por estabelecimento industrial fabricante

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

incentivado pelo PRODESIN, para a fabricação de massas alimentícias para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

Os incentivos governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do decreto concessivo, na forma prevista na Lei 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto 38.394/2000 e suas alterações.

23.5 FAIN (Estado da Paraíba)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba ("FAIN").

O benefício consiste na concessão de um desconto de 27,27% do valor do ICMS devido ao Estado da Paraíba nos termos do artigo 4º, inciso II do Decreto 21.728/01, suas alterações e revogado pelo Decreto nº 31.382/10, publicado no DOE de 25.06.10. O desconto é operado mediante o Regime Especial.

24 Patrimônio líquido (Controladora)

24.1 Capital social

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

	30/09/2013	31/12/2012
Capital social - Em Reais mil	<u>197.873</u>	<u>197.873</u>
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	11.496.411	11.496.411
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	<u>1.337</u>	<u>1.337</u>
	<u>21.832.197</u>	<u>21.832.197</u>

As ações são indivisíveis em relação à Companhia. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais classe "A" possuem os mesmos direitos das ações ordinárias.

As ações preferenciais Classe "B", foram subscritas com recursos do "Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR", e a elas é assegurada participação integral nos resultados e farão jus as seguintes vantagens patrimoniais: (a) dividendo fixo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o quociente resultante da divisão do montante do capital social pelo número de ações emitidas excluídas as ações em tesouraria; e (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.

As ações preferenciais não terão direito de voto. Todavia adquirirão tal direito caso a Companhia por mais de três exercícios não distribuir dividendos fixos a quem tem de direito.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

24.2 Capital autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital, em uma ou mais parcelas, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 de ações. A Companhia, dentro do limite de capital autorizado, poderá por deliberação da Assembleia Geral, aprovar plano de outorga de compra de ações a seus administradores e empregados e aqueles que prestem serviços às sociedades do seu controle.

24.3 Reserva de capital/ lucros - Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda registrados como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 601. Conforme Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008 esses incentivos passaram a ser registrados como redutor da despesa de imposto de renda. Na distribuição do lucro líquido, o valor apurado de incentivos fiscais, é registrado na conta de Reserva de Lucros.

24.4 Reserva de lucros - Incentivos fiscais

Refere-se ao incentivo fiscal de redução do imposto de renda e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na nota explicativa 23.

24.5 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. O ajuste de avaliação patrimonial reflexa representa a participação da Companhia sobre o custo atribuído contabilizado por sua controlada Pico da Caledônia.

24.6 Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

25 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receita bruta de vendas	1.092.263	967.163	1.092.263	968.725
(-) Impostos	(96.145)	(84.858)	(96.205)	(85.293)
(-) Devoluções	(10.645)	(11.507)	(10.645)	(11.507)
(-) Abatimentos	(469)	(250)	(469)	(250)
	<u>985.004</u>	<u>870.548</u>	<u>984.944</u>	<u>871.675</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

26 Custos e despesas operacionais

Abaixo, seguem aberturas das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos por natureza e por função.

26.1 Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Matérias-primas	(458.036)	(373.693)	(458.036)	(373.693)
Embalagens	(58.269)	(57.356)	(58.269)	(57.356)
Pessoal	(118.131)	(115.031)	(118.131)	(115.031)
Frete e carretos	(64.903)	(59.916)	(64.903)	(59.916)
Serviços de terceiros	(115.658)	(93.121)	(115.658)	(93.121)
Depreciação e amortização	(19.701)	(19.058)	(19.701)	(19.195)
Impostos, taxas e multas	(3.435)	(3.365)	(3.435)	(3.365)
Despesas com viagens	(4.722)	(4.279)	(4.722)	(4.279)
Energia elétrica, água e esgoto	(2.299)	(3.341)	(2.299)	(3.341)
Outros	(84.177)	(102.538)	(83.839)	(103.150)
	<u>(929.331)</u>	<u>(831.698)</u>	<u>(928.993)</u>	<u>(832.447)</u>

26.2 Por função

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Custos dos produtos vendidos	(645.210)	(574.857)	(644.868)	(575.223)
Despesas com vendas	(197.533)	(164.468)	(197.533)	(164.469)
Despesas gerais e administrativas	(86.588)	(92.373)	(86.592)	(92.755)
	<u>(929.331)</u>	<u>(831.698)</u>	<u>(928.993)</u>	<u>(832.447)</u>

26.3 Arrendamentos operacionais

Os contratos de arrendamentos dos centros de distribuição (CD) e veículos classificados como arrendamentos operacionais possuem os seguintes vencimentos e pagamentos mínimos:

	Pagamentos mínimos	
Vencimento	30/09/2013	31/12/2012
Até um ano	6.985	6.868
Mais de um ano e até cinco anos	15.876	2.980
Mais de cinco anos	13.358	-
	<u>36.219</u>	<u>9.848</u>

Estes contratos não apresentam opções de compra e tampouco transferência de posse ao final do seu prazo contratual.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no período findo em 30 de setembro de 2013 foi registrado em despesas com aluguéis - Despesas gerais e corresponderam ao montante de R\$ 7.542 (30 de setembro de 2012: R\$ 8.578).

27 Benefícios de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Ordenados e salários	(45.682)	(43.043)	(45.682)	(43.204)
Custos de previdência social	(14.648)	(18.422)	(14.648)	(18.476)
Participação nos resultados	(8.102)	(5.428)	(8.102)	(5.428)
	<u>(68.432)</u>	<u>(66.893)</u>	<u>(68.432)</u>	<u>(67.108)</u>

A Companhia concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada período.

28 Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora e consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012
Venda de ativos	233	788
Provisão para perda com desvalorização dos estoques	(2.653)	(661)
Contingências líquidas	(45)	(572)
Provisão para redução ao valor recuperável	(560)	(692)
Outras despesas	(482)	(1.631)
	<u>(3.507)</u>	<u>(2.768)</u>

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(17.939)	(14.129)	(17.939)	(14.129)
Outras despesas de juros	(2.073)	(2.348)	(993)	(1.278)
Variações monetárias e cambiais passivas	(36.077)	(6.718)	(36.077)	(6.718)
Tarifas bancárias	(707)	(1.025)	(707)	(1.025)
Ajuste a valor de mercado	(1.291)	707	(1.291)	707
Outras despesas financeiras	(1.588)	(1.330)	(1.588)	(1.330)
Despesas financeiras	<u>(59.675)</u>	<u>(24.843)</u>	<u>(58.595)</u>	<u>(23.773)</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	8.413	7.449	8.413	7.449
Outras receitas de juros	324	387	324	404
Descontos obtidos	845	836	845	836
Variações monetárias e cambiais ativas	35.312	4.963	35.312	4.963
Ajuste a valor de mercado	4	591	4	591
Outras receitas financeiras	149	73	149	73
Receitas financeiras	<u>45.047</u>	<u>14.299</u>	<u>45.047</u>	<u>14.316</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(14.628)</u>	<u>(10.544)</u>	<u>(13.548)</u>	<u>(9.457)</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

30 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

30.1 Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

30.1.1 Valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- **Nível 3** - *Inputs* para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo mantém contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no Nível 2.

Os valores justos dos financiamentos registrados nas informações trimestrais aproximam-se dos valores contábeis em virtude das operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Abaixo, seguem os ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Valor contábil		Valor justo	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
<i>Empréstimos e recebíveis</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	150.270	73.986	150.270	73.986
Contas a receber	135.274	104.793	135.274	104.793
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	3.558	2.792	3.558	2.792
<i>Ativos financeiros derivativos</i>				
Operação de "swap"	23.313	11.348	23.313	11.348
	<u>312.415</u>	<u>192.919</u>	<u>312.415</u>	<u>192.919</u>
<i>Passivos financeiros ao custo amortizado</i>				
Empréstimos e financiamentos	215.969	180.322	219.544	180.661
Debêntures	100.000	-	100.000	-
<i>Passivos financeiros derivativos</i>				
Operação de "swap"	7.942	942	7.942	942
	<u>323.911</u>	<u>181.264</u>	<u>327.486</u>	<u>181.603</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

30.2 Objetivos para gestão de risco financeiro

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo referem-se a aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, operações de swap e empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à alta Administração do Grupo de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo e disposição para risco do Grupo.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

30.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e aplicações financeiras.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial TJLP.

O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Como política, o Grupo procura manter parte de seus empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas de juros.

Na data das informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

	Controladora e consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
<u>Instrumentos de taxa fixa</u>		
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(15.981)	(10.958)
	(15.981)	(10.958)
<u>Instrumentos de taxa variável</u>		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	142.968	66.706
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(199.988)	(169.364)
Debêntures	(100.000)	-
	(157.020)	(102.658)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da Tributação
30/09/2013		
Reais	-25	(2.819)
	-50	(5.638)
30/09/2012		
Reais	-25	(2.160)
	-50	(4.321)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira da Companhia.

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege (hedge) 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos três meses. O Grupo não tem

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

exposição em moeda estrangeira em seu contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia em Dólar, cuja moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando-se da modalidade de swap para Reais e os contratos vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem.

Exposição à moeda estrangeira

Para os empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap”. As operações de “swap” consistem na troca da variação cambial (dólar) por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI mais taxa média pré-fixada de 1,39% (31 de dezembro de 2012: 1,73%).

30 de setembro de 2013	Faixas de vencimento	Valor Contratado (Reais)	Valor justo		Resultado no período
			Ativo financeiro derivativo	Passivo Financeiro derivativo	
Risco de taxa de câmbio					
<u>Contratos a termo:</u>					
Contrato de swap Citibank	De 26/10/2011 a 11/07/2014	30.331	6.951	-	(229)
Contrato de swap Itaú	De 05/12/2011 a 05/12/2013	20.000	15.116	-	(453)
Contrato de swap Itaú	De 11/12/2012 a 11/12/2014	50.000	-	(7.942)	(236)
Contrato de swap HSBC	De 08/04/2013 a 08/04/2014	10.000	668	-	(58)
Contrato de swap Rabobank	De 14/06/2013 a 04/05/2015	31.875	578	-	(311)
		<u>142.206</u>	<u>23.313</u>	<u>(7.942)</u>	<u>(1.287)</u>
		Circulante	(6.951)	(7.942)	
		Não circulante	16.362	-	

Em 30 de setembro de 2013 a Companhia registrou uma perda de R\$ 1.287 (31 de dezembro de 2012: ganho de R\$1.287) registrado no resultado financeiro. Abaixo segue demonstrativo de que os empréstimos e financiamentos são 100% garantidos por meio de contratos de swap.

	Controladora e consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	148.220	106.254
Contrato de swap (b)	(148.220)	(106.254)
Exposição líquida (a-b)	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 30 de setembro de 2013, o Grupo encerrou o período sem exposição ao risco de taxa cambial. Desta forma, o Grupo não está apresentando os cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam exigidos pelo CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade dos preços de certas commodities. Suas atividades operacionais requerem aquisição contínua de trigo e açúcar para produção em continuidade de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

dos preços dessas commodities, a Companhia desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de commodities.

A Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

A Companhia buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda. A Companhia opera com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

30.2.2 **Riscos de crédito**

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada as condições de mercado.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia contava com quinze clientes (31 de dezembro de 2012: quinze clientes) que deviam ao Grupo mais de R\$ 2.000 cada e eram responsáveis por 31% (31 de dezembro de 2012: 29%) de todos os recebíveis.

Dos clientes ativos do Grupo, 70% (31 de dezembro de 2012: 79%) vêm operando com o Grupo por mais de 2 anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes.

Clientes que são ranqueados como “risco alto” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houve alterações relevantes da política de crédito da Companhia desde sua implantação em 2005.

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo de cliente foi:

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

	Controladora	
	30/09/2013	31/12/2012
Clientes - Atacado	97.928	77.353
Clientes - Varejo	54.681	32.753
Outros clientes	8.189	8.453
(-) Provisões	(19.688)	(11.899)
	<u>141.110</u>	<u>106.660</u>

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta nota explicativa. O Grupo conta com garantias para aproximadamente 50% (31 de dezembro de 2012: 50%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria do Grupo de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, nos bancos Itaú, Safra e Santander. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças do Grupo. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

30.2.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A prática do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros não derivativos. A Companhia não possui passivos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Empréstimos e financiamentos	Valor contábil	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 2 anos
30/09/2013	215.969	16.671	75.298	100.207	23.793
31/12/2012	180.322	5.070	62.219	81.567	31.466

Com relação ao saldo das debêntures (R\$ 100.000), o mesmo possui vencimento de mais de dois anos.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. Além disso, não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

31 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros:

	30/09/2013 e 31/12/2012
Modalidade:	
Responsabilidade civil	6.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	117.779
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	159.600
	283.379

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são consideradas suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

32 Eventos subsequentes**Instrução Normativa nº 1.397 da Receita Federal do Brasil**

Em 16 de setembro de 2013, a Receita Federal do Brasil (RFB) emitiu a Instrução Normativa nº 1.397 definindo de forma geral que, para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT – Regime Tributário de Transição, devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outras disposições.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A
*Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

Em 3 de outubro de 2013, representantes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Associação Brasileira de Companhias Abertas (ABRASCA), do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), após reunião de discussão sobre a referida Instrução com o Secretário da Receita Federal, emitiram comunicado conjunto para divulgar a informação de que não haverá dupla contabilidade nem a tributação de dividendos, juros sobre capital próprio e equivalência patrimonial pela diferença entre critérios contábeis societários e fiscais até dezembro de 2013, e que a RFB informou também que serão agilizadas a emissão de Medida Provisória sobre a matéria tributada e a revisão da Instrução, para vigorar apenas a partir do exercício de 2014.

A Administração está avaliando os possíveis impactos decorrentes deste assunto.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos
Conselheiros e Diretores
J.Mac² do S.A.
Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da J.Mac² do S.A. (a Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais nº ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 e Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board e IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Fortaleza, 8 de novembro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE